

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO – PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FLAVIA SUZANA BORK

**“PATRULHA AGRÍCOLA” E O DESENVOLVIMENTO DA “PORTEIRA PARA
DENTRO”: ANALISANDO O PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA DE
SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**

SÃO LOURENÇO DO SUL – RS

MAIO/2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO – PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FLAVIA SUZANA BORK

**“PATRULHA AGRÍCOLA” E O DESENVOLVIMENTO DA “PORTEIRA PARA
DENTRO”: ANALISANDO O PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA DE
SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**

Trabalho de conclusão do curso de
Especialização apresentado como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista
em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Ana Mercedes Sarria Icaza

Coorientadora: Tutora Tanise Dias Freitas

SÃO LOURENÇO DO SUL – RS

MAIO/2015

Dedico este trabalho aos meus pais, Leomar e Vera Maria Bork, e ao meu namorado Leandro Krüger Leitzke pessoas que amo e que são à base da minha vida.

AGRADECIMENTO

A todos que contribuíram para desenvolver este trabalho, mas principalmente, pelas contribuições anteriores, para chegar ao momento de realizá-lo...

Quero agradecer primeiramente a meus pais e avós, pois suas contribuições de vida e de aprendizado são indiscutivelmente as mais importantes e que carregarei para o resto da minha vida. As minhas irmãs que são grandes amigas, bem como, aos amigos que fui conquistando no decorrer da vida e ao meu namorado. Essas pessoas fazem do meu mundo um lugar especial para se viver e despertam em mim, diariamente, a vontade de melhorar constantemente.

A UFRGS pela oportunidade de realizar um curso gratuito em uma renomada instituição, a todos os professores e tutores, em especial a prof^a. Ana Mercedes Sarria Icaza e a tutora Tanise Dias Freitas, ao pessoal do CAPEC e os agricultores que foram fundamentais para a pesquisa, assim como os representantes da administração municipal e SMDR, principalmente a Adriana Borck que me auxiliou na busca pelas informações necessárias.

Tenho que ressaltar um agradecimento mais do que especial a Deus por ter me dado forças, determinação e perseverança para poder chegar até aqui, além de ter me abençoado com uma família maravilhosa, amigos incríveis e uma boa saúde, fazendo com que a árdua caminhada fosse menos difícil e mais prazerosa.

Obrigada a todos!!!!!!

Senhor dá-me serenidade para aceitar tudo aquilo que não pode e não deve ser mudado. Dá-me força para mudar o que pode e deve ser mudado. Mas, acima de tudo, dá-me sabedoria para distinguir uma coisa da outra.

Autor Desconhecido

RESUMO

A infraestrutura é essencial para dar condições de melhorias na produtividade, na qualidade de vida dos moradores e no desenvolvimento rural, sendo necessária a disponibilização de infraestrutura de qualidade como energia elétrica, saúde, estradas, educação, telefonia, internet e, da “porteira para dentro” açudes para irrigação e criação de peixes, terraplanagem para construção e manutenção de entradas, dando condições para o escoamento da produção. Assim, o objetivo desta pesquisa é entender como a Patrulha Agrícola, política pública de apoio à infraestrutura, contribui para o fortalecimento das propriedades agrícolas e para o desenvolvimento do município de São Lourenço do Sul/RS. Para realizá-la, foi aplicada uma pesquisa qualitativa e como instrumentos de pesquisa foram utilizados: análise de dados secundários/documentos para compreender a organização da política pública municipal; e entrevistas semiestruturadas com gestores locais e agricultores para entender se o Patrulha Agrícola contribui para o fortalecimento das propriedades rurais. A pesquisa revelou que houve a tentativa de implantar algumas formas para a execução da política e que foi de grande importância para aumentar a infraestrutura da porteira para dentro o que auxiliou na modernização das propriedades e no aumento de produtividade. Concluiu-se que a demanda pelos serviços é maior do que a disponibilidade de maquinários para a execução e que é necessário à busca por alternativas de forma conjunta (poder público e agricultores) para melhorar a Patrulha Agrícola.

Palavras Chaves: Política pública, infraestrutura, Patrulha Agrícola.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização de São Lourenço do Sul no Rio Grande do Sul.....	35
FIGURA 2: Mapa de São Lourenço do Sul com as estradas rurais.....	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Agricultura: Área plantada e produção agrícola.....	37
TABELA 2: Agricultura: Produção por cultivares agrícola.....	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. OBJETIVO GERAL.....	12
1.1.1. Objetivos Específicos.....	12
1.2. JUSTIFICATIVA	13
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
3. REVISÃO TEÓRICA	17
3.1. POLÍTICA PÚBLICA	17
3.1.1 Análise e Avaliação de política pública	23
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS PARA A AGRICULTURA	26
3.3. A NECESSIDADE DE INFRAESTRUTURA	30
4. O PATRULHA AGRÍCOLA EM SÃO LOURENÇO DO SUL/RS.....	34
4.1. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL E A IMPORTÂNCIA DO PATRULHA AGRÍCOLA ENQUANTO POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA	34
4.2. O PATRULHA AGRÍCOLA COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA INFRAESTRUTURA: ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO ATUAL.....	43
4.3. A PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS SOBRE O PATRULHA AGRÍCOLA	52
4.4. A VISÃO DOS PRODUTORES EM RELAÇÃO AO PATRULHA AGRÍCOLA COMO UMA POLÍTICA AO DESENVOLVIMENTO RURAL	54
4.5. ANÁLISE GERAL DA PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS QUANTO AO PATRULHA AGRÍCOLA	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

A maioria dos produtores rurais, principalmente os agricultores familiares¹, enfrentam dificuldades no seu dia a dia e, segundo Pereira (1999), são os “riscos e incertezas²” da produção: na definição de preços para comercializar seus produtos, na incerteza pela demanda dos produtos na colheita e pela pericibilidade da maioria dos produtos, na instabilidade de custos dos insumos e tecnologias necessárias para a produção, na dependência do risco, ou seja, de boas condições climáticas para produzirem, entre outros. Muitos também sofrem com a falta de qualidade de infraestrutura³ disponibilizada na área rural, como a carência de telefonia, internet, energia elétrica, habitação rural e o difícil acesso às estradas e às propriedades. Esta realidade foi abordada em reportagem do programa Globo Rural do dia 26 de abril de 2015, trazendo uma retrospectiva dos últimos 50 anos do mundo rural, ressaltando a diferença nos avanços tecnológicos em algumas fazendas e a busca ou ausência dessa tecnologia em outras.

Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil / Central Única dos Trabalhadores (FETRAF-SUL/CUT), “a infraestrutura para o meio rural é vista como uma potencializadora do desenvolvimento da agricultura familiar, produção de alimentos e geração de renda para as famílias do campo”. Essa infraestrutura é essencial não só para a produtividade na área rural, mas também para a qualidade de vida de seus moradores, para que tenham acesso à educação e saúde de qualidade e para que possam escoar sua produção e receber seus insumos com custos acessíveis e sem perdas de transporte. A energia elétrica, telefonia, internet são de suma importância para quem quer investir em uma agroindústria e processar seus produtos na propriedade, agregando renda à família e ao município.

¹ Para Wanderley (1996) a agricultura familiar acontece quando a família é proprietária dos meios de produção e responsável pelo trabalho no estabelecimento. A forma socioeconômica de agir tem relação com seu poder de associar família, produção e trabalho.

² Risco – “A produção agrícola, de maneira geral, sofre ação direta das condições climáticas, tornando-a atividade de alto risco” (PEREIRA, 1999, p. 1).

³ Infraestrutura é essencial para potencializar desenvolvimento da agricultura familiar. FETRAF-SUL/CUT.

A melhoria na infraestrutura rural é indispensável para manter os agricultores no campo, possibilitando-lhes melhores condições de vida, de trabalho, de produtividade e de renda, evitando assim, uma das maiores causas do aumento do êxodo rural. Neste sentido, os autores Kluck e Gazolla afirmam que as políticas públicas são fundamentais para atender as necessidades do meio rural, destacando a saúde, a educação, a infraestrutura, a habitação, o meio ambiente e a agricultura, buscando-se, com isso, uma melhor qualidade de vida das populações rurais.

Corroborando com os autores acima, Fagundes (2005) fala da dificuldade de pequenos produtores na falta de infraestrutura necessária para a produção, exemplificando com a falta de estradas vicinais adequadas ao transporte e a insuficiência de eletrificação rural ou de formas alternativas a ela. Já Hilsinger (2007) aponta como um desafio para o município de São Lourenço do Sul a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura das áreas rurais, como reforços de carga na rede elétrica, construção de açudes, agroindústrias, linhas telefônicas, entre outros, além da ampliação de acesso à educação e à saúde básica, como fatores principais para o desenvolvimento.

Também existe a infraestrutura da “porteira para dentro” que são as estradas particulares dos agricultores, sua moradia, seus galpões (armazéns, estábulos), açudes, maquinários (tratores, ferramentas, equipamentos agrícolas, roçadeiras, arados, discos, etc.). Essa infraestrutura é de responsabilidade do agricultor, que geralmente precisa de apoio para adquirir ou mantê-la. Assim sendo, os agricultores familiares necessitam dos serviços do Estado e das políticas públicas para se manterem dignamente no meio rural, em condições de habitação e com possibilidades de produção. Essas necessidades variam de localidade para localidade e são reivindicadas, geralmente, à administração municipal, por ser a entidade pública mais próxima dos agricultores de cada município.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) (2008) relata que não é comum que os pequenos municípios apoiem diretamente políticas públicas ligadas ao desenvolvimento rural, considerando que o setor requer políticas de elevados investimentos financeiros e tecnológicos. A CMN exemplifica algumas políticas públicas de desenvolvimento agrário, tecnológico e social que são planejadas e executadas pela esfera federal, às vezes estadual e muitas vezes sem a participação e conhecimento dos municípios. Segundo a CMN, a gestão da

infraestrutura básica (saúde, educação, lazer, segurança, transporte) é essencial para proporcionar melhores condições de vida às populações rurais, bem como a redução de desconfortos às famílias e, conseqüentemente, o êxodo rural.

Os pequenos agricultores, segundo Anjos (2004), até o início de 1990, foram responsáveis por 38% do valor bruto da agropecuária nacional e, na região sul, por 57,1%, quando respondiam por 83% da mão de obra rural. Segundo o estudo de Hilsinger (2007), a agricultura familiar é um importante setor na economia brasileira, que em 2003 representou 10% do PIB brasileiro e, sobretudo, na economia gaúcha, quando representou 27% do PIB do Rio Grande do Sul.

Este trabalho, então, ressalta a importância do meio rural para o município de São Lourenço do Sul que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo 2010), possui uma população total de 43.111 habitantes, destes 18.874 mil residem na área rural. Segundo Hilsinger (2007, p. 45), a população rural lourenciana tem diminuído gradativamente seu número de habitantes, enquanto que se nota um aumento na população urbana: no ano 2000, cerca de 20.228 habitantes (46,30%) moravam no interior sob uma área de 2.022,23 Km², representando 98,97% do território; na zona urbano neste mesmo ano haviam cerca de 23.463 habitantes (53,70%) residindo em 13,9Km², o que representa 0,67% do território referente à área urbana. Já em 2010, a população rural diminuiu para 18.874 mil enquanto que na zona urbana passou-se para 24.237 mil habitantes (DEEPASK).

O perfil da atividade produtiva no município (PIB 2004-2008) divide-se em 56,2% como serviço, 34,2% agropecuária e 9,6% indústria. A agricultura acaba participando de parte do percentual do PIB da indústria pelo processamento da matéria prima proveniente do setor primário e no percentual do PIB de serviço pela comercialização dos produtos rurais “*in natura*” e processados e pela mão de obra empregada em algumas propriedades rurais. Segundo a CNM (2008), a participação municipal dos pequenos municípios é dependente do setor rural, principalmente para a geração de emprego e renda. Assim, pode-se dizer que o que movimenta a economia do município de São Lourenço do Sul é o setor rural e, portanto, é indispensável que se disponha aos agricultores uma infraestrutura de qualidade e que apoie o agricultor familiar também da “*porteira para dentro*”, proporcionando, assim, melhores condições de vida e de trabalho a esta população.

De acordo com Fagundes (2005, p. 19), as dificuldades existentes no meio rural ao pequeno produtor, caracterizam-se essencialmente pela falta de recursos para investimento na produção, uma vez que persiste a incerteza de retorno “desses investimentos face aos preços baixos e defasados”, bem como os problemas de infraestrutura advindos principalmente de: precariedade nas estradas, como por exemplo, as estradas vicinais, insuficiência da eletrificação rural ou da disponibilidade de energia elétrica de fontes alternativas, dentre outros fatores.

Com todas as dificuldades já citadas pelo autor em relação ao pequeno e médio produtor, percebe-se que atualmente não há condições das famílias arcarem com toda a infraestrutura necessária da “porteira para dentro” para suas atividades diárias. Para a aquisição de tratores, maquinários e equipamentos agrícolas que são utilizados na produção, ou lida diária, existem diversas linhas de financiamentos como o Pronaf Mais Alimentos que viabilizam a aquisição desses itens para a propriedade, porém, considerando o alto custo de maquinários pesados como retroescavadeiras, escavadeiras hidráulicas, caçambas e plainas, que são utilizados em atividades pontuais na propriedade, como a manutenção de estradas particulares (acesso à moradia e estradas de lavoura), terraplanagem para construções, abertura de bebedouros e pequenos açudes é um investimento que os agricultores familiares não conseguem realizar.

Neste sentido, a Prefeitura de São Lourenço do Sul, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), tem disponibilizado essas máquinas aos agricultores, mediante o pagamento de hora/máquina, através de uma política chamada **Patrulha Agrícola**, que “tem por objetivo fornecer máquinas e implementos agrícolas para os pequenos produtores (...) tem por finalidade atender às necessidades dos agricultores conforme solicitação de serviços feitos pelos mesmos” (Horbach *in*: FAMURS). A partir da configuração deste cenário, tem-se o problema de pesquisa que pode ser apresentado como segue:

Em que medida a Patrulha Agrícola contribui com o fortalecimento das propriedades agrícolas e com o desenvolvimento do município de São Lourenço do Sul? Seria esta uma ferramenta para o desenvolvimento das propriedades agrícolas do município? Deste tanto, torna-se essencial compreender a visão dos gestores em relação à execução da Patrulha Agrícola, bem como a percepção dos produtores

quanto aos benefícios reais do mesmo. Destas questões surge o objetivo geral e os específicos.

1.1. OBJETIVO GERAL

Este trabalho objetiva entender como a Patrulha Agrícola, política pública executada pela Prefeitura de São Lourenço do Sul, contribui para o fortalecimento das propriedades rurais com ações no âmbito da infraestrutura, essencialmente da “porteira para dentro”, bem como analisar se esta é uma ferramenta para o desenvolvimento das propriedades agrícolas do município.

1.1.1. Objetivos Específicos

- a. Analisar o contexto socioeconômico do município de São Lourenço do Sul e a importância da Patrulha Agrícola enquanto política de Infraestrutura;
- b. Analisar a Patrulha Agrícola como política pública para infraestrutura: origem, desenvolvimento e situação atual;
- c. Entender a percepção dos gestores públicos municipais sobre a Patrulha Agrícola;
- d. Compreender a visão dos produtores em relação a Patrulha Agrícola como uma política ao Desenvolvimento Rural

1.2. JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar é de grande importância para o município de São Lourenço do Sul, à arrecadação municipal, ao comércio local e para a renda de grande parte dos lourencianos. Hilsinger (2007, p. 193), falando da importância ao município da renda proveniente do setor rural, diz que no conjunto que “dinamiza a economia do município (...) os reflexos são perceptíveis no meio rural e no meio urbano” e que, como reconhecimento do setor rural para a economia do município, que é essencialmente agrícola, esta é uma frase corriqueiramente utilizada pelos comerciantes urbano local: “Quando o campo vai bem, nós estamos garantidos”.

O mesmo autor fala do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) de São Lourenço do Sul (1996-1999), que relata as características do setor agropecuário do município e das dificuldades que os agricultores vêm enfrentando para arcarem com os investimentos necessários à infraestrutura na própria propriedade, isso em decorrência do desempenho insatisfatório no regime de exploração familiar. Assim, a capacidade de investimento próprio nas propriedades vem reduzindo, com isso diminui também o bem estar social das famílias e, conseqüentemente, aumenta o êxodo rural, provocando dificuldades, inclusive, no meio urbano.

A infraestrutura é fundamental para alavancar o desenvolvimento rural⁴ na região e todas as políticas públicas, que venham a contribuir e melhorar a qualidade da infraestrutura rural, deveriam passar pela Análise de Política para que seus pontos positivos pudessem servir para disseminar as boas ideias em outras regiões ou, ainda, serem adaptadas para outras realidades e necessidades. Da mesma forma, as falhas ou lacunas existentes poderiam servir para que não fossem repetidas em outras políticas públicas, já sendo sanadas em seu planejamento.

A política pública pode influenciar a vida de todos os afetados por problemas das esferas pública (*policy*) e política (*politics*), dado que os processos e resultados de políticas sempre envolvem a vários grupos

⁴ Desenvolvimento rural é interpretado como um conjunto de práticas que visa a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e das famílias, reorientando as ações para uma menor dependência dos agricultores em relação aos agentes externos e, conseqüentemente, uma maior autonomia nos processos decisórios e o fortalecimento do leque (porta fólio) de ações e estratégias (CONTERATO e FILLIPI, 2009, p. 45).

sociais e porque as políticas públicas se constituem em objeto específico e qualificado de disputa entre os diferentes agrupamentos políticos com algum grau de interesse pelas questões que têm no aparelho de Estado um locus privilegiado de expressão (GAPI – UNICAMP, 2002, s/p).

A Patrulha Agrícola é trabalhada/executada em muitos municípios, tais como Bagé, Cruz Alta, Pelotas, Vale Verde, entre outras. Segundo informações da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS⁵) há uma definição sobre o que seria uma política de “patrulha agrícola” (que será apresentada na íntegra posteriormente), assim como em diversos sítios de notícias são divulgados os eventos de entrega de equipamentos para municípios dentre outras atividades, contudo, não se encontrou nenhum estudo acadêmico efetivamente sobre o tema.

O que motiva a autora nesta pesquisa, além do já exposto, é seu histórico pessoal. Por ser filha de agricultores familiares do interior de São Lourenço do Sul, é conhecedora das dificuldades vividas e dos altos investimentos aplicados em implementos e maquinários agrícolas para o desempenho da atividade, além de presenciar, por inúmeras vezes, a utilização do serviço prestado pela Patrulha Agrícola na manutenção de entradas e abertura de pequenos açudes na propriedade de seus pais. Ainda, pelas atividades profissionais executadas na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, onde presenciou a busca constante dos agricultores pelos serviços, bem como a dificuldade da secretaria em atender a todos os pedidos e suas demais funções.

⁵ FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://siteantigo.famurs.com.br/moodleinterno/course/view.php?id=31>

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: Em que medida a Patrulha Agrícola contribui com o fortalecimento das propriedades agrícolas e com o desenvolvimento do município de São Lourenço do Sul? A pesquisa é qualitativa, que, segundo Godoy (1995, p. 58) “envolve a obtenção de dados descritivos (...) procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: (a) análise de dados secundários/documentos para compreender a organização da Patrulha Agrícola enquanto política pública municipal e b) as entrevistas semiestruturadas com gestores locais e agricultores para entender se a Patrulha Agrícola contribui para o fortalecimento das propriedades rurais. Para analisar a percepção dos gestores, utilizaram-se os critérios de eficiência, eficácia e equidade; já para compreender a percepção dos agricultores, foram considerados os critérios de impacto (efetividade), sustentabilidade e satisfação conforme documento do MDS, 2015 (Caderno de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para a Avaliação de Programas/ MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome). Assim, este trabalho foi realizado com as seguintes etapas:

1. Levantamento de referencial teórico para subsidiar a pesquisa, referindo-se tanto à agricultura familiar como ao processo de avaliação de políticas públicas. A busca do referencial teórico decorreu-se de pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos que tratam do assunto ou em pesquisas semelhantes.
2. Realização da pesquisa documental, que visou atender ao objetivo específico de descrever a política pública em questão e levantamento das informações sobre os resultados da política. Estas informações foram buscadas na legislação, em dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e em conversas com os atores sociais⁶ que participaram do momento de formação da implantação da lei.

⁶ Na terminologia do desenvolvimento local, os atores são os agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então mantêm relações num determinado território (SABOURIN *in*: BRACAGIOLI NETO *et al*, 2010, p. 62).

3. Organização e montagem de um formulário semiestruturado para as entrevistas, que segundo Gil (2008), consiste em uma relação com pontos de interesse com poucas perguntas diretas e o entrevistado fala livremente.

4. Aplicação do formulário aos entrevistados, o que permitiu atender ao objetivo específico de avaliar a Patrulha Agrícola. As entrevistas foram gravadas (sendo que uma delas foi encaminhada via *email*) e foram anotados os pontos considerados importantes, reforçando aqui que a ideia da pesquisa é de entender qualitativamente o mesmo, buscando assim, não quantificar os tipos de opiniões, mas sim, buscar o maior número de opiniões que auxiliem na compreensão do problema de pesquisa. Os entrevistados foram: antigo secretário da SMDR (atual vice-prefeito), dois ex-prefeitos, um operador de máquina da SMDR que executa o trabalho, uma funcionária do controle interno, dois vereadores, um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Emater), um funcionário de empresa particular que presta esse tipo de serviço e alguns produtores beneficiados pela política pública individualmente e em participação na reunião do Conselho Agropecuário Municipal (CAPEC⁷) do dia 15 de abril de 2015, quando foi realizado o levantamento de informações com todos os produtores que compareceram na reunião.

5. Análise das informações e conclusões acerca do estudo referenciado e da pesquisa como um todo.

⁷ CAPEC - Conselho Agropecuário Municipal que reúne aproximadamente 60 associações ligadas ao setor agropecuário, com reuniões mensais na terceira quarta-feira do mês.

3. REVISÃO TEÓRICA

A partir de agora é apresentado uma revisão bibliográfica fundamental ao entendimento da presente pesquisa, que serviu como embasamento para formular as questões semiestruturadas e para direcionar as entrevistas, também para analisa-las e avaliar a Patrulha Agrícola, quanto política pública. A revisão teórica está dividida por assuntos para facilitar a compreensão dos mesmos.

Na primeira seção é abordado o que é política pública, os tipos, e como se dá o seu ciclo, permitindo, com isso conhecer melhor a política pública do Patrulha Agrícola, finalizando essa seção com a análise e avaliação das mesmas; na segunda seção é apresentada as políticas públicas existentes direcionadas á agricultura, para que se tenha a dimensão do quanto já se avançou nessa área, mas também da diversidade envolvida; e na terceira seção se destaca à importância e à necessidade de infraestrutura para o meio rural, também trazendo alguns avanços e apontando alguns desafios para o setor.

3.1. POLÍTICA PÚBLICA

O que é política pública?

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Explicando um pouco mais Castro e Oliveira descreve política pública

como o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo. Tais políticas, programas e ações

concretizam-se na oferta de bens e serviços que atendam às demandas resultantes das disputas políticas acerca **do que é ou deveria ser de interesse público**. (...) Independentemente da escala, as políticas públicas remetem a problemas que são públicos, em oposição aos problemas privados. Nas sociedades contemporâneas, cabe ao Estado prover políticas públicas que atendam aos anseios da sociedade. Para que as funções estatais sejam exercidas com legitimidade, é preciso haver planejamento e permanente interação entre governos e sociedade, de forma que sejam pactuados objetivos e metas que orientem a formulação e a implementação das políticas públicas (CASTRO e OLIVEIRA, p. 22 e 23). Grifo nosso.

Neste ponto, grifou-se algo fundamental para a pesquisa. Onde está o interesse público que resultou na política pública do Patrulha Agrícola? O problema a ser amenizado pelo poder público é a deficiência de infraestrutura nas propriedades rurais. Mas investir dinheiro público em propriedades particulares de agricultores que tem fins lucrativos também próprios, ou seja, particulares? Parece algo desconexo, e até poderia ser, se não fossem as particularidades⁸ do município de São Lourenço do Sul, onde o setor rural responde por quase 98% da área do município e por quase 50% da população residir nesta área e depender da renda proveniente dela. Assim, não se trata somente de uma questão particular e sim de interesse público, a fim de apoiar esse agricultor a se manter no meio rural e então melhorar suas condições de vida e de desenvolvimento.

A política pública pode ser de diferentes tipos, tendo quatro formatos distintos: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. Segue um apanhado a respeito de cada uma delas.

Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou

⁸ Na seção 4 tem maior apreciação da importância do meio rural para o município de São Lourenço do Sul.

grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (SOUZA, 2006, p. 28).

A Patrulha Agrícola é uma política pública criada por lei no ano de 1997 e, apesar de ter sofrido algumas alterações, existe até os dias atuais e sem previsão de término para a sua execução. Dentre as classificações de políticas públicas propostas acima, a Patrulha Agrícola se enquadra como sendo uma política pública distributiva por gerar impactos mais individuais e privilegiar certos grupos sociais. Neste caso, o grupo beneficiado é o de agricultores. Pensando no caso da produção econômica de São Lourenço do Sul, o apoio dado aos agricultores acabou impactando nos demais grupos, como na melhoria na geração de renda na área urbana do município.

Mas como são criadas as políticas públicas? Segundo Teixeira (2002) para a elaboração de uma política pública é necessário fazer alguns questionamentos como: *quem decide o quê? Quando? Com que conseqüências? E para quem?* Rúa (2009) traz uma síntese para explicar como ocorre esse processo,

Alguns atores sociais, que possuem interesse numa determinada questão, fazem manifestações públicas; alguns parlamentares no Congresso recebem os representantes desses atores em seus gabinetes, discutem suas reivindicações. Outros parlamentares fazem o mesmo com outros atores afetados pelo tema e que têm interesses diferentes, opostos ou não. Mais tarde, a imprensa noticia o fato, e os parlamentares comentam essas manifestações, fazem discursos. (...) o governo cria um grupo de trabalho para discutir o assunto. (...) As propostas do grupo de trabalho são discutidas com os parlamentares. O partido do governo pode intervir e propor um determinado encaminhamento. Os partidos de oposição discordam e pressionam contra. Alguns governadores de Estado procuram o governo manifestando-se a favor, outros contra tal encaminhamento, chegando a um impasse (RUA, 2009, p. 18 e 19).

Na realidade, esse processo é bem mais complexo, pois envolve muito tempo e muitos jogos de interesse e de poder. Além de ter alguns termos mais técnicos para o andamento e elaboração de uma política pública, apresenta-se os principais, segundo Rúa (2009): o conflito é uma interação social geralmente por recursos escassos. Esse conflito é entre os “atores políticos⁹” que, para defender seus

⁹ “Atores políticos” são indivíduos, grupos ou organizações cujos interesses podem ser afetados, positiva ou negativamente, pelo rumo tomado por uma determinada política pública (RUA, 2009, p. 58).

interesses, utilizam os poderes que disponibilizam, ou seja, as negociações dos membros do governo e outros atores, assim, busca-se a construção de acordos que atendam o que está sendo reivindicado, evitando o aparecimento de novos conflitos com outros atores sociais por causa disso. “Isto é política”.

Considerando o exposto sobre os conflitos e as “negociações” para se definir a política pública, no caso da Patrulha Agrícola os conflitos que ocorreram para a sua formulação foram pela divergência de interesses envolvidos. A administração municipal buscava se enquadrar ao Pronaf Infraestrutura (que será explicado nas próximas páginas), os produtores rurais tinham interesse em receber os serviços que seriam prestados e alguns políticos também tinham interesse em “promoção política”, percebendo a oportunidade que emergia com a formulação desta política.

Conceitualmente tem-se o “ciclo de políticas” que identifica fases sequenciais e interativas no processo de produção de uma política, a saber: formação de agenda¹⁰, formulação, implementação, monitoramento e avaliação” (RUA, 2009, p. 59). Já para Souza (2006), a política pública é um ciclo deliberativo, sendo um processo dinâmico e de aprendizado e compõe o ciclo da política pública: a definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

A formação da agenda, segundo Rua (2009) sofre a interferência de dois lados: dos atores políticos e dos processos de evidenciação dos temas. Os temas são as demandas da sociedade, ou seja, esses temas devem ser relevantes para entrarem na agenda de formação de políticas públicas. No caso da Patrulha Agrícola, formou-se agenda por ser, de fato, uma demanda antiga dos produtores, mas principalmente pela oportunidade ocasionada pelo Pronaf Infraestrutura que oportunizou que o assunto fosse discutido e se tornasse agenda.

¹⁰ “Uma agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse. A agenda de políticas resulta de um processo pouco sistemático, extremamente competitivo, pelo qual se extrai, do conjunto de temas que poderiam ocupar as atenções do governo, aquelas questões que serão efetivamente tratadas” (RUA, 2009, p. 66).

“Para entender o processo de formulação (e também a implementação) é essencial definirmos quais são os *issues*¹¹ de uma política e identificarmos as preferências dos atores em relação a cada um deles” (RUA, 2009, p. 76). Ainda na formulação da política têm-se os “jogos” políticos que, segundo a mesma autora, é uma situação comum na política, tendo como exemplo as negociações¹² ou barganhas, não envolvendo apenas o objetivo final da política, mas também a criação de coalizões¹³ entre eles. Existem diferentes formas de negociação, destacando-se o “debate” (tentativa de convencer o outro), a “persuasão” (análise e argumento), “intercâmbio” (troca de favores), “ameaças” e “autoridade” (ordem) e a “pressão pública¹⁴” (opinião pública).

Aqui vale destacar que, para a formulação da Patrulha Agrícola, também houveram os jogos políticos, relatados nas entrevistas, quando ocorreram disputas e “trocas” entre administração municipal e o Capec, o que resultou na maior participação do Capec na Patrulha Agrícola.

Depois de muita discussão e elaboração da política pública, ela deverá estar prevista no orçamento para poder ser executada. A distribuição dos recursos financeiros, a compra dos materiais e a contratação de pessoal da administração pública deve respeitar a legislação específica e as leis orçamentárias. Falando de orçamento público, sucintamente, segundo Silva e Souza (2010), é um documento legal com a previsão de receitas e a estimativa das despesas do governo para serem realizados em um período, geralmente o exercício de um ano, apresentando vários aspectos (político, jurídico, contábil, econômico, financeiro e administrativo).

O orçamento deve respeitar vários princípios (unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, equilíbrio, entre outros) e deve ser elaborado em três

¹¹ “*Issue* é um item ou aspecto de uma decisão, que afeta os interesses de vários atores. Por esse motivo, os *issues* mobilizam as expectativas dos atores quanto aos resultados da política e catalisam o conflito entre eles” (RUA, 2009, p. 75).

¹² “Negociação é um processo que se estabelece entre partes que possuem recursos de poder e que se mostram dispostas a realizar uma troca que possa trazer benefícios mútuos” (RUA, 2009, p. 79).

¹³ “Coalizão, que consiste em um acordo ou uma aliança, duradoura ou não, a fim de viabilizar alguns dos objetivos das partes envolvidas. (...) muitas vezes os atores constroem alianças com base em um pequeno ponto de interesse comum, embora permaneçam suas divergências com relação a muitos outros temas” (RUA, 2009, p. 80).

¹⁴ Pressão pública “que pode ser realizada por atores individuais ou coletivos. (...) capazes de causar constrangimento, de mobilizar a opinião pública e de chamar a atenção da imprensa e, eventualmente, de atores internacionais para o problema” (RUA, 2009, p. 81).

partes que se completam: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. A Patrulha Agrícola, por estar contemplada nos objetivos gerais da SMDR como apoio ao produtor rural, está prevista no orçamento da secretaria, apesar de não ter uma dotação orçamentária específica para a sua execução.

Segundo Rua (2009), a fase de implementação compreende o conjunto de decisões e ações realizadas após a definição das diretrizes de uma política, ou seja, tirar a política do papel para que funcione de fato. Isto envolve vários aspectos do processo administrativo, como: recursos orçamentários, definição de equipes de trabalho, elaboração de projeto de lei e de editais (licitação) para a compra de bens ou serviços necessários. Na Patrulha Agrícola existe uma equipe de trabalho formada na SMDR, mas nenhum funcionário foi contratado especificamente para essas funções e, dos maquinários que são utilizados na prestação de serviços, atualmente, nenhum trabalha com dedicação exclusivamente à Patrulha Agrícola.

O monitoramento “é o exame contínuo de processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas” (RUA, 2009, p. 111), e tem a “necessidade de celeridade dos achados, para que possa subsidiar decisões sobre a condução das políticas, programas e projetos”, ou seja, ele deve ser feito durante a implantação da política pública para que embase possíveis ajustes necessários na execução, diferentemente da avaliação que serve para avaliar os resultados alcançados. Na SMDR não existe um monitoramento oficial para a Patrulha Agrícola, porém, alguns funcionários do Controle Interno são responsáveis por observarem todos os procedimentos da secretaria, incluindo a Patrulha. É considerado também o *feedback* dos próprios funcionários que executam os trabalhos nas propriedades e dos produtores atendidos ou que esperam pelo atendimento, bem como, a realização das reuniões mensais do Capec, que possibilitam o acompanhamento do que está acontecendo.

3.1.1 Análise e Avaliação de política pública

Este tópico é a base utilizada para a análise e avaliação da Patrulha Agrícola, objeto desta pesquisa e que é apresentada posteriormente. Além da conceituação sobre análise e avaliação de políticas públicas, aqui se apresenta também a importância de sua utilização e algumas formas e critérios para que sejam aplicados.

Para avaliar uma política, primeiro é necessário analisá-la e, para tanto, num rápido apanhado sobre Análise de Políticas, destaca-se alguns autores como: “pode ser considerada como um conjunto de conhecimentos proporcionado por diversas disciplinas das ciências humanas utilizados para buscar resolver ou analisar problemas concretos em política (*policy*) pública” (BARDACH, *apud* GAPI – UNICAMP, 2002, s/p). Já para WILDAVSKY (1979, p.15), ela recorre “a contribuições de uma série de disciplinas diferentes, a fim de interpretar as causas e consequências da ação do governo, em particular, ao voltar sua atenção ao processo de formulação de política” (WILDAVSKY *apud* GAPI – UNICAMP, 2002, s/p). E “para DYE (1976, p. 1), fazer “Análise de Política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz”. Para ele, Análise de Política é a descrição e a explicação das causas e consequências da ação do governo” (DYE *apud* GAPI – UNICAMP, 2002, s/p).

O escopo da Análise de Política, porém, vai muito além dos estudos e decisões dos analistas, porque a política pública pode influenciar a vida de todos os afetados por problemas das esferas pública (*policy*) e política (*politics*), dado que os processos e resultados de políticas sempre envolvem a vários grupos sociais e porque as políticas públicas se constituem em objeto específico e qualificado de disputa entre os diferentes agrupamentos políticos com algum grau de interesse pelas questões que têm no aparelho de Estado um locus privilegiado de expressão (GAPI – UNICAMP, 2002, s/p).

A Análise de Política surgiu como campo acadêmico, segundo Ham e Hill *apud* Gapi Unicamp (2002) devido a “preocupação com as políticas públicas”, tendo origem em duas vertentes de interesse, que eram as dificuldades dos formuladores de política pela complexidade dos problemas que precisavam de soluções e a atenção dos pesquisadores acadêmicos das ciências sociais que passaram a trabalhar com assuntos relacionadas às políticas públicas. Os mesmos autores

classificam em duas grandes categorias a Análise Política, sendo a descritiva e a prescritiva.

A descritiva objetiva conhecer o processo, em si, de elaboração política (formulação, implementação e avaliação), ou seja, descrever as características da política e de seu processo de elaboração; já a prescritiva ou propositiva, objetiva agregar conhecimento e participar na tomada de decisão do processo de elaboração política. Feita a análise da política pública, pode-se, de fato, partir para a sua avaliação, que objetiva a produção de evidências, a compilação de dados e a sistematização de estudos que possam contribuir e aperfeiçoar políticas públicas.

Em uma perspectiva metodológica, os esforços de Avaliação podem se estruturar em quatro tipos de produtos (MDS, 2014):

1. Estudos Avaliativos – análises com base em dados secundários ou compilação de artigos e trabalhos já realizados anteriormente na temática, com maior ou menor abrangência;
2. Pesquisas de avaliação – levantamentos primários, quali ou quantitativos, desenhadas com objetivos de produção de evidências mais específicas necessárias ao aprimoramento da intervenção;
3. Meta-avaliações– recensões (análise crítica) sobre estudos avaliativos, pesquisas e experiências nacionais, subnacionais e internacionais de programas e projetos implementados;
4. Relatórios-síntese de Avaliação e portais Web com informação mais sumária, na forma de indicadores em geral, para comunicação mais objetiva acerca de aspectos do diagnóstico, implementação e resultados do programa e projetos (BRASIL- MDS, 2015, p. 16).

Assim, é necessário que se faça a avaliação da política pública, sendo uma “avaliação formal¹⁵” que “permite julgar processos, produtos, efeitos ou impactos de políticas, programas ou projetos públicos” (RUA, 2009, p.110), que contém duas dimensões: “técnica” “caracteriza-se por produzir ou coletar, segundo procedimentos reconhecidos, informações que poderão ser utilizadas nas decisões relativas a qualquer política, programa ou projeto” (RUA, 2009, p. 108), representando um “instrumento da avaliação”; e “valorativa¹⁶” esta não tem a intenção de classificar as intervenções em “boas” ou “más”. “Muito mais importante e proveitoso é apropriar-se da avaliação como um processo de apoio a um aprendizado contínuo, de busca de

¹⁵ “Avaliação formal, que é o exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas na realidade, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre seu conteúdo, estrutura, processo, resultados, qualidade e/ou impactos” (RUA, 2009, p. 108).

¹⁶ Valorativa consistindo no exame das informações obtidas, à luz de critérios específicos, com a finalidade de extrair conclusões acerca do valor da política, do programa ou projeto (RUA, 2009, p. 108).

melhores decisões e de amadurecimento da gestão” (RUA, 2009, p. 109).

Corroborando com a autora

Pesquisas de avaliação servem para que se tenha um melhor entendimento do programa. Trata-se de atividade estratégica que propicia a compreensão das políticas e do Estado em ação, visando o seu aprimoramento (DRAIBE, 1997), beneficiando o Estado (seus gestores e técnicos), o usuário, os pesquisadores e, é claro, a sociedade em geral (...). Algumas das questões que as avaliações respondem são: • Em que medida os objetivos propostos foram alcançados? • Como o programa funciona? • O que pensam os beneficiários e os gestores sobre o programa? • Quais os motivos que levam ou levaram a atingir ou não os resultados? (BRASIL- MDS, 2015, p. 17 e 18).

É justamente este o objetivo desta pesquisa, analisar e avaliar como a Patrulha Agrícola funciona, a partir da percepção tanto dos beneficiários quanto dos gestores municipais, buscando entender quais os motivos que levaram a atingir ou não os resultados. Pretende-se assim, possibilitar a geração de conhecimento e aperfeiçoar a política pública, não só em São Lourenço do Sul, mas para a formulação e implantação de programas de Patrulha Agrícola em outros municípios. Segundo Rua (2009), a avaliação pode contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas e projetos a partir de diversos elementos que podem ser analisados. Optou-se neste trabalho pelos “critérios de avaliação”, ou seja, “o que se que avaliar”.

A lista dos critérios que podem ser utilizados é longa e a escolha de um, ou vários deles, depende dos aspectos que se deseja privilegiar na avaliação. Segundo o manual da UNICEF (apud COSTA; CASTANHAR, 2003), os mais comuns são:

- Eficiência: termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
- Eficácia: medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
- Impacto (ou efetividade): indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
- Sustentabilidade: mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
- Satisfação do beneficiário: avalia a atitude do usuário em relação a qualidade do atendimento que esta obtendo do programa;
- Equidade: procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário (BRASIL- MDS, 2015, p. 20 e 21).

Esses critérios foram escolhidos e empregados na avaliação da Patrulha Agrícola e essas informações serão apresentadas na análise dos resultados das entrevistas realizadas com produtores e gestores municipais.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS PARA A AGRICULTURA

As políticas públicas geralmente são fruto de muitas reivindicações da população e de debates entre sociedade, várias camadas políticas e áreas que possam intervir. A importância da população, ou das pessoas de assumirem seu papel como atores sociais perante a sociedade, vem reforçada pelo relato de Conterato e Fillipi (2009, p. 13) quando exemplifica que a agricultura familiar só avançou pela mobilização social.

O debate sobre a noção de agricultura familiar, por exemplo, está fortemente ligado à retomada da força política do movimento sindical dos trabalhadores rurais na década de 1990, uma importante conquista da sociedade brasileira potencializada pela consolidação de um regime político democrático, em que a sociedade civil organizada passava a exercer papel fundamental na consolidação de novas categorias sociais (CONTERATO e FILLIPI, 2009, p. 13).

Segundo Castilhos (2002), as ações¹⁷ públicas na área da agricultura familiar mudaram a estrutura organizativa do Governo Federal. Em 1999, a agricultura familiar passou a ser de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já o Ministério da Agricultura ficou responsável pelo “*agribusiness*” (agricultura patronal). Na história da agricultura brasileira foram diversas as políticas públicas em distintos períodos, para alavancar a produção e aumentar as exportações e o saldo da balança comercial. Alguns exemplos:

As políticas da Revolução Verde foram um processo de inserção de pacotes de modernização agrícola incentivado pelo governo nos anos 70, visando o aumento da produção e da produtividade. Esse processo, segundo Maia (2008), exigia capital e poupava mão de obra, necessitando recursos externos à propriedade e, assim, uma grande produção, o que ocasionou a exclusão de muitos agricultores familiares. Diante dessa mudança efetiva no cenário da agricultura, os pequenos agricultores ficaram a margem disso, acarretando o aumento do êxodo rural.

A política de inclusão dos agricultores (pessoa física, sem empregados) como segurados especiais da previdência (previdência social rural). Dando assim, direito

¹⁷ “Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas **ações** estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas” (RUA, 2009, p.19).

ao produtor, sua esposa e família aos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como auxílio maternidade, saúde, acidente, aposentadoria por idade, entre outros. Segundo o Capa (2009), a aposentadoria rural “equiparou” os benefícios aos “trabalhadores urbanos” ao estipular um benefício correspondente a um salário mínimo. Concedendo, desta forma, o direito de aposentadoria à mulher agricultora, reduzindo a idade para a concessão do benefício de 60 para 55 anos e para os homens a idade mínima passou de 65 para 60 anos. Para Hilsinger (2007), é representativo a complementação na renda da propriedade agrícola com a participação desses aposentados no município de São Lourenço do Sul.

O PRONAF, conforme Silva Filho (s/d), é um programa do Governo Federal criado em 1995, para atender os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família, com o objetivo de integrar o produtor familiar à cadeia de agronegócios. Segundo Schneider *et al* (2004), o programa tem quatro objetivos específicos, sendo: o ajuste das políticas públicas conforme a realidade dos agricultores familiares; para uma melhora no desempenho produtivo dos agricultores familiares torna-se necessária a viabilização da infraestrutura adequada; acesso aos novos padrões de tecnologia e gestão social para elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares; e criar incentivos de acesso ao mercado de insumos e produtos para esses agricultores.

O PROAGRO foi instituído pelo governo federal por meio da Lei nº 5.969/1973, pelo “desinteresse das seguradoras privadas em operar o seguro agrícola — em razão da magnitude do risco”. A lei visa

exonerar o produtor rural, na forma que for estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, de obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos, e plantações (art. 1º) (PEREIRA,2013, p. 14).

No que se refere especificamente à infraestrutura, existem diversas linhas de políticas públicas federais, tais como:

- Pronaf Infraestrutura em parceria com os municípios,

se constituiu no período 1997/2002 numa modalidade de financiamento do governo federal, com recursos não-reembolsáveis, em parceria com os governos municipais, tendo como objetivos a implementação, a ampliação, a racionalização, a modernização ou a realocação da infraestrutura pública

e de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar (BRASIL, 2000). Dentre os empreendimentos que poderiam beneficiar-se dos recursos dessa linha de financiamento estavam aqueles relacionados aos seguintes aspectos: recuperação de solos; implantação de sistemas de abastecimento de água e geração de energia; melhoramento do sistema de armazenamento, transporte e venda coletiva de produtos; classificação, limpeza e beneficiamento de produtos (HESPANHOL, 2006, p.16).

O município de São Lourenço do Sul foi contemplado pelo Pronaf Infraestrutura e, por causa de suas exigências, houve algumas mudanças na Patrulha Agrícola, como a necessidade de um Conselho onde fossem discutidas as questões da agricultura.

- Programa Luz para Todos, que visa levar energia elétrica para o meio rural, gratuitamente, onde os custos serão 70% do governo federal e o restante rateado entre governo estadual, concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural (CNM, 2008, p. 24);

O município de São Lourenço do Sul participou deste programa e, apresentando alguns dados a respeito, temos que no ano de 1998, 79,6% dos domicílios do município tinham acesso à eletricidade e no ano de 2013 esse percentual aumentou para 98,5% (DEEPASK).

- Programa de eletrificação rural: advinda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), visa “apoio ao acesso à iluminação, ao aquecimento, à refrigeração, ao lazer, aos serviços e à força eletromotriz para mecanizar todas as etapas do processo produtivo agrosilvopastoril¹⁸ e agroindustrial” (CNM, 2008, p. 26);
- Programa de construções rurais: também é do Mapa e objetiva realizar obras de reforma ou ampliação de prédios destinados a armazenagem, secagem, processamento agroindustrial, refrigeração, comercialização, pesquisa e

¹⁸ Agrosilvopastoril é um “sistema que busca integrar lavouras, com espécies florestais e pastagens e outro espaço para os animais, considerando os aspectos paisagísticos e energéticos, na elaboração e manutenção destes policultivos”. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/agrosilvopastoril/>. Acessado em: 27 de março de 2015

desenvolvimento, treinamento e assistência técnica; também para feiras, estradas vicinais, processos de captação, tratamento e distribuição de água (CNM, 2008, p. 28).

Para acessar os dois últimos programas apresentados é necessária a apresentação de projetos técnicos por meio da Caixa Econômica Federal (CEF), geralmente por emenda parlamentar.

- Patrulha mecanizada e apoio à manutenção de estradas vicinais: viabilizados pelo Mapa que, através das emendas parlamentares, formaliza contratos e convênios. Geralmente é através deste programa que as prefeituras financiam suas máquinas e equipamentos para prestarem o serviço dos programas de Patrulha Agrícola. Segundo a CMN (2008), contempla-se através dele um conjunto de máquinas, equipamentos e implementos que atende aos serviços de recuperação de solos, bem como o preparo de áreas para plantios, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais e obras de drenagem e irrigação, assim como demais atividades relacionadas ao setor agrícola, visando apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário através da viabilização de infraestrutura às comunidades rurais.

Percebe-se assim que existem inúmeras políticas públicas que, direta ou indiretamente, acabam influenciando no dia a dia do produtor rural. Aqui foram apresentadas algumas em nível federal, mas existem também em nível estadual (Rio Grande do Sul) como o programa de governo “Mais ovinos no campo” que visava incentivar o aumento da criação de ovelhas no estado e, por ser um programa de governo, encerrou-se no final de 2014, com o fim do mandato.

O Programa Estadual de Financiamento de Sementes de Milho Troca-Troca “programa de política agrícola que ampare o agricultor familiar, com alcance de semente de milho que determinará aumento de produtividade em sua lavoura e maior sustentabilidade ao seu negócio rural”, para o programa toda a semente de milho e de sorgo, “terá subsídio fixo no percentual de 28% sobre o valor da compra,

excetuando aquelas sementes com tecnologia transgênica” (Resolução FEAPER Nº 3 DE 13/05/2014¹⁹).

Já em nível municipal, tem-se o apoio e a organização da população para poder acessar as políticas públicas estaduais e federais, como por exemplo, o município é quem operacionaliza a seleção dos interessados e auxilia na documentação para encaminhar a solicitação de acesso. De política pública municipal de infraestrutura tem-se o Programa Patrulha Agrícola, que é objeto de estudo desta pesquisa e que será apresentado posteriormente.

3.3. A NECESSIDADE DE INFRAESTRUTURA

Nesta seção será abordada uma avaliação de diversos autores sobre a deficiência de infraestrutura destinada ao setor rural e da necessidade em investimentos nesta área a fim de proporcionar uma melhor condição de vida a seus moradores, bem como, o seu desenvolvimento.

Além do alto custo de produção²⁰, os autores relatam os problemas relacionados à deficiência na infraestrutura rural no Brasil e a necessidade em solucioná-las, a fim de propiciar o desenvolvimento. Alves e Souza²¹ (s/d), relatam as boas condições na qualidade de vida no meio rural na Europa e nos Estados Unidos, enquanto que no Brasil, os autores destacam as dificuldades de acesso pelas estradas rurais, a eletricidade, os meios de comunicação e a qualidade da

¹⁹ Resolução FEAPER Nº 3 DE 13/05/2014 - Rep. - Dispõe sobre valores a serem praticados para financiamento de sementes no âmbito do Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e Sorgo Safra/Safrinha 2014/2015. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=270744>>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

²⁰ Alto custo de produção “que oneram a produção agropecuária brasileira são: preço dos insumos, tributação, taxas de juros, encargos trabalhistas e infraestrutura”. Seguindo com o mesmo autor, insumos (combustíveis, fertilizantes, produtos fitossanitários, etc) máquinas e equipamentos, são comercializados a preços superiores aos praticados em países concorrentes, além dos elevados custos de transporte e a elevada carga tributária (PEREIRA, 2013, p. 16).

²¹ ALVES, Eliseu; e SOUZA, Geraldo da Silva e. Cap5. **Desafios da Agência de Extensão Rural**. In: BUAINAIN *et al.* O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola. Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182p.

infraestrutura de saúde e educação no meio rural, assim como nas pequenas cidades. Sem essas condições mínimas, o desenvolvimento e a permanência dessas pessoas no campo torna-se ainda mais difícil, incidindo, dessa forma, na imigração para a cidade, aumentando suas periferias.

Os autores ainda apontam o grande universo da população que necessita de apoio para se desenvolverem no meio rural e como a Agência de Extensão Rural poderia ajudar a desenvolver essas propriedades. Porém, não basta difundir tecnologia para a agricultura brasileira, se não houver condições em seu entorno²². O referido estudo chegou a dez conclusões e destas, apresenta-se a nona, por ser direcionada ao assunto aqui tratado.

Manter a população em pequenos municípios com emprego no campo e também morando no meio rural, exige melhorar as condições de vida tanto urbanas como rurais, estradas vicinais, educação, saúde, eletricidade rural, televisão, telefonia e segurança pública. Se não houver melhorias, os jovens irão optar pelas cidades e não substituirão seus pais quando se aposentarem e se afastarem das lides nas quais construíram suas vidas (ALVES e SOUZA *in*: BUAINAIN *et al*, p. 941).

Em outro estudo Guedes, Torres e Campos²³ *in*: BUAINAIN *et al* (p. 120), apontam que entre 2011 a 2013, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), “desenvolveu uma ação voltada para o estudo da produção de alimentos no Brasil, com foco na sustentação e na sustentabilidade futuras dessa produção”. Este estudo chegou a vários desafios que foram agrupados em blocos, dando origem a seis pilares para o sistema agroalimentar, que devem ser trabalhados para garantir a sustentabilidade. Assim, há um pilar específico para a questão da infraestrutura “Pilar III – Infraestrutura, logística e tecnologia da informação– que contribui para reduzir os custos, aumentar ganhos de competitividade, segurança alimentar, qualidade dos alimentos e bem-estar social” (GUEDES, TORRES e CAMPOS *in*: BUAINAIN *et al*, p. 125).

²² Entorno diz respeito às restrições que a pequena produção enfrenta depois da porteira do estabelecimento e escapam à sua capacidade de removê-la, por si mesma. Redundam numa relação desfavorável de preço de produto para insumo (ALVES e SOUZA, p. 929).

²³ GUEDES, Antônio Carlos; TORRES, Danielle Alencar Parente; CAMPOS, Silvia Kanadani. Cap2. **Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global.** *In*: BUAINAIN *et al*. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola. Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182p.

Enquanto estudos apontam a necessidade de investimentos em infraestrutura, Buainain, *et al*²⁴, chama de “apagão logístico” a falta de investimentos brasileiros na área, na última década, que foi de 1,5% do PIB, enquanto que países como a China e a Índia, investiram em torno de 8% do PIB na infraestrutura.

Na esfera municipal, a partir da Constituição de 1988, segundo Teixeira (2002), os municípios adquiriram a autonomia política, ampliando assim a sua responsabilidade em importantes áreas como a política urbana e o transporte coletivo. Porém, ainda estão desinformados das próprias questões econômicas, sendo obrigados a realizar programas de geração de renda e emprego, sem dedicar atenção às questões agrícolas ou rurais, mesmo nos municípios que tem esse setor como sua sustentação econômica.

Apesar do aumento de sua capacidade financeira, a participação dos municípios na receita tributária global não supera os 18 ou 20%. No entanto, eles assumem vários encargos e responsabilidades das outras esferas, o que os obriga a negociar recursos nos diversos programas federais ou estaduais. Com uma frágil base econômica, ao lado da ineficiência administrativa, os recursos próprios na maioria dos municípios não vão além dos 5% do total da receita. Dessa forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima (TEIXEIRA, 2002, p. 6).

Reforçando as ideias do autor acima, outro autor reforça a importância dos serviços públicos na esfera municipal, para ele “é nos municípios que ocorre o acesso, pelos habitantes locais, aos serviços de saúde, educação, transportes, lazer e uma variada gama de serviços sociais que conformam boa parte da qualidade de vida e, conseqüentemente, do índice de desenvolvimento humano” (CASTILHOS, 2002, p. 141).

Teixeira (2002) fala dos avanços e desafios na prática da descentralização na área de política agrícola, que está direcionada ao “produtivismo e pela tecnificação, independente de seus impactos sociais e ambientais”. Assim, surgem as

²⁴ BUAINAIN, PEDROSO *et al*, cap 4. **Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias?** In: BUAINAIN *et al*. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola. Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182p.

reivindicações pelas questões de habitação, transporte e alimentação. A Lei 8171²⁵ de 17/01/1991

A lei descentraliza a execução dos serviços de apoio ao setor rural, mas centraliza a elaboração da política de desenvolvimento rural, prevendo ações de abrangência ampla, como planejamento, crédito, mecanização ou infraestrutura. Apesar da existência de um Conselho Nacional, as ações são da responsabilidade do Ministério, com diminuta interferência do Conselho. Quanto aos recursos, prevê-se um Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural, sem nenhuma determinação de repasse a municípios ou controle do Conselho (...). Torna-se urgente, então, diante das especificidades locais e regionais, uma política agrícola de base municipal, que se desenhará a partir de alguns eixos: a) apoio à reforma agrária – dotar os assentamentos de infraestrutura social e produtiva, mediar o escoamento da produção; b) desenvolvimento da agricultura familiar; c) alimentação e abastecimento; d) meio ambiente; e) condições de melhoria de condições de vida da população rural; f) adequação do currículo escolar (TEIXEIRA, 2002, p. 10).

Hilsinger (2007), em um estudo sobre o município de São Lourenço do Sul, apontou como desafios a questão da educação no meio rural e sua necessidade de melhorias de acesso, devendo ser voltada aos jovens do campo, para que mantenham o interesse pela área e possam contribuir com o desenvolvimento que a educação pode propiciar.

²⁵ Lei 8171 “fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

4. O PATRULHA AGRÍCOLA EM SÃO LOURENÇO DO SUL/RS

4.1. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL E A IMPORTÂNCIA DO PATRULHA AGRÍCOLA ENQUANTO POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA

São Lourenço do Sul, município da região da Costa Doce no Estado do Rio Grande do Sul, localizado a aproximadamente 190 km de Porto Alegre, sendo cortado pela rodovia BR116, eixo central entre as regiões: Metropolitana (Porto Alegre) e Sul (Pelotas e Rio Grande), com área de 2.031 Km². O município possui uma população aproximada de 44 mil habitantes, composta em sua maioria por portugueses e foi povoado por agricultores alemães e pomeranos, que procuram manter a sua cultura, principalmente através do uso do dialeto pomerano.

Sua área é dividida em Distrito Sede ou Área Urbana, que é subdividida em bairros, sendo que esta subdivisão não está regulamentada oficialmente; e a área rural é subdividida em sete distritos, sendo: 1º distrito- Boqueirão, 2º distrito- Taquaral; 3º distrito- Esperança, 4º distrito- Harmonia, 5º distrito- Prado Novo, 6º distrito- Boa Vista, e 7º distrito- Faxinal.

Figura 1: Localização de São Lourenço do Sul no Rio Grande do Sul



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Louren%C3%A7o_do_Sul

Segundo Hilsinger (2007), as terras de São Lourenço do Sul são de uso agrícola. As terras são próprias, nesta proporção 70% para cultivos anuais, 29% para pastagens, ou cultivos perenes, e 1% sem uso agrícola, tendo uma área total de solos agricultáveis de 164.212 hectares e, ambientalmente falando, tem como principais problemas a erosão dos solos²⁶, a poluição das águas e o desmatamento. Conforme o mesmo autor, em 1995-1996, no município existiam 3.952 propriedades, totalizando aproximadamente 160 mil hectares, sendo que destas, 96,3% (3.806 propriedades familiar) com média de 24,96 hectares por propriedades familiares e nas demais (146 propriedades) com média de 473 hectares cada. Segundo Berreta, *et al*, (2010) com dados do IBGE, em 2006 existia 3.938 estabelecimentos agropecuários ocupando 151.784 hectares e desta área total, 45,5% eram destinadas a produção temporárias, principalmente de milho, arroz, soja e fumo. A distribuição da terra do município e os tipos de cultivos em cada área deu-se

Pelo processo de colonização, as terras ficaram assim distribuídas: as parcelas mais altas, em pequenas propriedades pela colonização alemã-pomerana; e as médias e grandes propriedades, na planície, pelos descendentes dos portugueses. Atualmente, as terras baixas, de origem hidromórfica, são ocupadas pela cultura de arroz irrigado e pelo gado de corte. Estas terras ocupam 40% da área rural, e nela se situam pouco mais de uma centena de propriedades. Entre a Planície e a Serra, na área de transição, são produzidos soja, arroz, leite e gado de corte. A Serra,

²⁶ A erosão dos solos tem sido evitada como a utilização de novas técnicas de plantio como o plantio direto, o preparo mínimo do solo e a abertura de curvas de nível.

denominada zona colonial, é ocupada pela agricultura de base familiar, com uso intensivo de mão de obra, baixa mecanização e destaque para a pecuária, e pelos cultivos de fumo, milho, feijão, batata e outras hortaliças. A estrutura fundiária do município de São Lourenço foi definida a partir da colonização, dominada pelos latifúndios (BERRETA, *et al*, 2010, p.92 e 93).

Veiga (2001) faz uma crítica à metodologia brasileira de definição do que seja considerada população “urbana” ou “rural”, pois é considerado “urbano” quando a residência se dá em povoado, ou vilarejo, classificados como zona “urbana” pela municipalidade local, ou seja, muitas áreas rurais e pessoas sendo consideradas como urbanas por uma simples definição e não pelas características do local. O mesmo autor ressalta que são poucos os países que utilizam essa forma de classificação populacional. Castilhos, 2002, diz que muitos países desenvolvidos utilizam como metodologia a densidade demográfica para classificar os espaços como urbano ou rural, ou seja, se o Brasil utilizasse essa metodologia à população urbana, seria menor do que o apontado pelos levantamentos censitários.

Convém destacar que no município de São Lourenço do Sul são consideradas áreas “urbanas”, para a realização dos Censos do IBGE, as sedes de cada distrito, incluindo a vila do Boqueirão, da Reserva, da Boa Vista e do Coqueiro. Portanto, na verdade existem mais habitantes residentes no interior do município do que o valor apontado pelo IBGE de 18.874 mil habitantes. Para melhor elucidar tais questões, apresentam-se abaixo duas tabelas com dados do município sobre a produção agrícola:

Tabela 1: Agricultura: Área plantada e produção agrícola.

Área plantada/colhida (hectares - ha)			Valor da produção agrícola (R\$ em mil reais, a preços do ano 2000)			Produtividade por área plantada (R\$/ha a preços do ano 2000)	
Ano	ÁREA PLAN- TADA	ÁREA COLHI- DA	LAVOU RA PERMA- NENTE	LAVOURA TEMPO- RÁRIA	TOTAL PRODUÇÃO AGRÍCOLA	MUNICIPAL	NACIONAL
2010	38.076	47.526	384,93	60.598,34	60.983,27	1.601,62	1.075,50
2009	47.529	47.529	504,73	94.881,04	95.385,77	2.006,90	1.053,99
2008	49.289	49.289	629,96	90.421,25	91.051,21	1.847,29	1.175,46
2007	49.149	48.989	662,14	77.697,46	78.359,60	1.594,33	1.070,90
2006	47.204	47.204	316,42	60.996,24	61.312,66	1.298,89	939,43
2005	43.037	34.092	238,20	53.513,90	53.752,11	1.248,97	936,22
2004	46.129	46.129	337,80	92.121,54	92.459,34	2.004,36	1.192,09
2003	43.635	43.635	782,46	70.902,91	71.685,36	1.642,84	1.246,30
2002	46.404	46.404	278,91	61.043,56	61.322,48	1.321,49	1.134,37
2001	48.374	48.374	328,54	55.674,10	56.002,63	1.157,70	957,54
2000	46.754	46.754	323,81	37.460,50	37.784,31	808,15	871,50
1999	45.274	45.274	328,63	50.066,31	50.394,94	1.113,11	849,29

Fonte: Elaborado pela autora com base em IPEADATA²⁷ – REGIONAL – AGROPECUÁRIA, apud, DEEPASK.

Na tabela 1 temos o histórico da área plantada do ano de 1999 até 2010, bem como o valor total da produção agrícola por ano, que está dividida em lavouras permanentes e temporárias, sendo possível ainda observar a média anual municipal e nacional, em mil reais por hectare. O que se pode concluir com esta tabela é que a área plantada e a área colhida são semelhantes, mas apresentam oscilações por motivos que podem ser as condições climáticas, as previsões de preços do produto para a comercialização, entre outros. Salvo no ano de 2005, quando a área colhida foi muito menor do que a área plantada, em decorrência a grande estiagem daquele ano, informação confirmada pelos sites de notícia. Corroborando com o ocorrido,

²⁷ IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Base de dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessado em: 24 de abril de 2015.

Pereira (1999) fala dos riscos e incertezas para a produção, na dependência de condições climáticas e na incerteza para a comercialização dos produtos.

Observa-se também que o valor da produção de lavouras permanentes mantém-se sem grandes oscilações, isso se deve ao tempo necessário para o começo da produção nesse tipo de cultivo e que, depois de realizado o investimento, somente é necessário mantê-las e conservá-las. Nota-se aqui que os valores da produção estão baseados em preços do ano 2000, ou seja, defasados em relação aos preços praticados nas safras dos anos seguintes.

Quanto à média da produtividade municipal e nacional, percebe-se também que na nacional não há grandes oscilações de valores devido à extensão do país e ao elevado número de cultivares que é produzido. O que chama a atenção na média municipal, além da maior variação de valores de um ano para o outro, é que mesmo no ano de 2005, quando ocorreu uma forte estiagem, a média municipal ficou acima da nacional, significando o bom índice de produtividade do município, que pode ser em decorrência dos rodízios de cultivo, ou seja, por grande parte da produção no município se dá por pequenos agricultores. Geralmente com pequenas áreas de terra para o plantio, eles acabam fazendo mais de uma safra na mesma área. Exemplificando: na área cultivada com fumo, posteriormente plantam milho, podendo também semear aveia. Isto é bom para a qualidade do solo, pois não deixando-o descoberto, evita-se a erosão, sendo possível reaproveitar a adubação de uma cultura para a outra e fazer a adubação verde com resteiwa das culturas anteriores.

A tabela 2 que segue apresenta a produção no ano de 2010 por produto agrícola (lembrando que com preços defasados do ano de 2000). Nela percebe-se a diferença de produção por hectare de cada tipo de produto agrícola, e que, na produção total, o tabaco é o de maior valor no município.

Tabela 2: Agricultura: Produção por cultivares agrícola.

Produção do ano 2010, a preços do ano 2000.			
PRODUTO AGRÍCOLA	ÁREA PLANTADA/ há	PRODUÇÃO / ÁREA PLANTADA R\$/ha	PRODUÇÃO TOTAL
Milho	16.000	325,3	R\$5.204,74 mil
Arroz	10.350	1322,66	R\$13.689,57 mil
Soja	9.000	425,67	R\$3.831,04 mil
Fumo	8.500	3.924,94	R\$33.361,95 mil
Batata inglesa	1.300	1.368,23	R\$1.778,70 mil
Feijão	1.000	322,45	R\$322,45 mil
Trigo	300	335,97	R\$100,79 mil
Laranja	200	410,45	R\$82,09 mil
Cebola	150	5.472,93	R\$820,94 mil
Mandioca	100	2.736,50	R\$273,65 mil
Amendoim	50	346,6	R\$17,33mil
Tomate	5	11.402,00	R\$57,01 mil

Fonte: Elaborado pela autora com base em: IPEADATA – REGIONAL – AGROPECUÁRIA, apud, DEEPASK.

Com a tabela 2 percebe-se a grande diferença nas áreas plantadas de um produto para o outro, o milho é o maior em área plantada por ser um produto que “espera” para ser colhido e é uma dos produtos mais plantados nas áreas (após a colheita) de fumo, batata inglesa e feijão. O fumo é o mais representativo em receita total no município

As tabelas 1 e 2 acima destacadas mostram o quanto o município de São Lourenço do Sul tem sua economia baseada na agricultura, principalmente na familiar. Assim, a administração municipal faz uso de outras políticas públicas na tentativa de incentivar esse setor agrícola, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é utilizado na execução do Programa Fome Zero. O PAA visa facilitar o acesso à alimentação e estimular a agricultura familiar, sendo formalizado em convênio entre o município, o Ministério de Desenvolvimento Social e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O programa desenvolve-se pela compra da produção com origem na agricultura familiar, destinada ao consumo de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas pela rede

socioassistencial e pela rede pública de ensino, com vistas a incentivar hábitos alimentares saudáveis, estimular o cooperativismo e valorizar a produção orgânica.

A rede de fornecedores do PAA também atende à demanda da alimentação escolar, o que nos remete ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE efetiva-se por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais para alunos de toda a educação básica (infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos) inseridos em escolas públicas que, de acordo com o Censo Escolar de 2013, são 7.688 alunos no município. De acordo com Becker e Anjos (2012) a operação do PAA em São Lourenço do Sul iniciou no ano de 2006 na modalidade “Compra com Doação Simultânea” para consumo de alimentos às pessoas em insegurança alimentar, especificamente, destinados a associações de bairro, entidades assistenciais, comunidades religiosas, escolas de educação infantil e escolas de educação básica (ensino médio e fundamental).

O PAA e o PNAE têm auxiliado na comercialização dos produtos produzidos pela área rural, porém, outro grande problema para a comercialização, além da incerteza de preços, falta de mercado garantido, e a perda da competitividade para grandes produtores pela economia de escala, são os problemas relacionados ao escoamento da produção, falta de qualidade das estradas para que isso ocorra. Principalmente na produção do leite, que o transporte deve ser diário, ou a cada dois dias, a dependência de estradas de qualidade e acessos às propriedades em condições para que um caminhão entre e possa manobrar para fazer o recolhimento do produto.

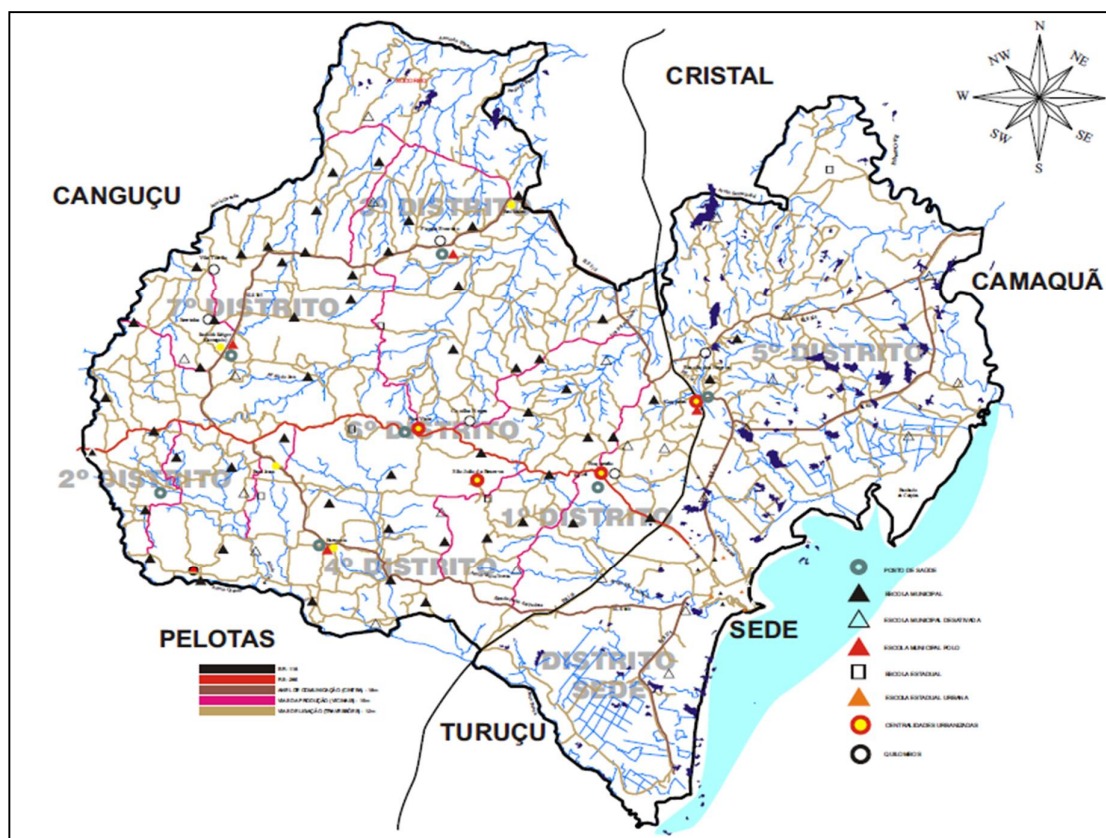
Indo um pouco além, existe uma importância das estradas para a população como um todo, pois dessas mesmas estradas dependem os estudantes para que os ônibus escolares possam fazer suas linhas e levá-los diariamente às escolas no período letivo. Considere-se também que a população depende dessas estradas para locomoverem-se, principalmente quando necessitam de atendimentos na área de saúde ou quando buscam seu lazer em festas ou jogos. Para que haja o desenvolvimento, é fundamental que o transporte seja realizado em condições dignas e com segurança. Porém, pela grande extensão de estradas de chão, principalmente no período das chuvas, a qualidade e a segurança na locomoção ficam prejudicados, tendo locais de difícil acesso.

Na figura 2 abaixo se tem a representação da extensão do município de São Lourenço do Sul e a demonstração de suas estradas. As principais vias de acesso do município são:

- BR 116: estrada federal asfaltada que atravessa o município e é a principal forma de escoamento da produção e de recebimento dos insumos necessários, bem como o abastecimento do mercado local. A BR 116 liga São Lourenço do Sul à capital Porto Alegre e aos centros comerciais do Estado.
- RS 265: estrada estadual quase totalmente asfaltada, que atravessa o interior do município, ligando a cidade à BR 116 e ao município vizinho de Canguçu. A maioria da produção agrícola municipal é transportada via RS 265 até chegar à BR 116 e seguir deslocamento tanto em direção norte (capital do RS) quanto em direção ao porto, na cidade de Rio Grande, ao sul.

O Anel de Comunicação (Cintea) de 18 metros de largura é a principal estrada municipal de comunicação, ligando cidade ao interior. Ainda existem as estradas vicinais e travessões, tais como: a) Vias de produção (vicinais) com 15 metros de largura, estradas secundárias pelo tamanho, mas de grande importância para escoamento da produção; b) Vias de ligação (travessões) com 12 metros de largura, são os travessões que ligam as estradas secundárias entre si e estas com a principal até culminarem nas principais, a RS 265 e a BR 116. Este é o desenho da trama de acessos disponíveis no município de São Lourenço do Sul.

FIGURA 2: Mapa de São Lourenço do Sul com as estradas rurais



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de São Lourenço do Sul

A figura 2 traz a disponibilização de infraestrutura viária existente no interior de São Lourenço do Sul. Em preto, tem-se a BR 116, na linha vermelha, a RS 265 e nas outras três cores da legenda, as estradas sem pavimentação asfáltica. Esse mapa também permite elucidar ampla área rural em comparação com a área urbana (Distrito SEDE); ainda, considerando a grande extensão rural, percebe-se a pouca infraestrutura disponível no interior do município, bem como a existência de algumas comunidades, além da sede: 1º distrito- Boqueirão, 2º distrito- Taquaral, 3º distrito- Esperança, 4º distrito- Harmonia, 5º distrito- Prado Novo, 6º distrito- Boa Vista, 7º distrito- Faxinal. As principais áreas de comércio estão representadas no mapa pelo ponto amarelo com borda vermelha, as escolas municipais estão ilustradas pelo triângulo preto, além de outros pontos como igrejas, quilombos e postos de saúde.

4.2. O PATRULHA AGRÍCOLA COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA INFRAESTRUTURA: ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO ATUAL

A administração municipal tem cerca de 1.300 funcionários entre cargos em comissão (CCs) e concursados, divididos em 10 secretarias: Secretaria Especial de Gabinete; da Fazenda; de Administração; de Desenvolvimento Rural (SMDR); de Educação, Cultura e Desporto; de Obras e Urbanismo; de Planejamento e Meio Ambiente; de Saúde; de Turismo, Indústria e Comércio; e do Desenvolvimento Social e Habitação.

Pesquisa mostra o investimento público em agricultura no município, bem como o gasto municipal per capita e o percentual em relação ao PIB. Assim, São Lourenço do Sul, no ano de 2011, investiu R\$ 2.591.074,23, o que corresponde a um valor de R\$ 60,16 por habitante e a 0,441% do PIB municipal e a 3,257% da receita orçamentária, quando no mesmo ano o investimento do país corresponde a R\$27,40 por habitante, a 0,127% do PIB e 1,545% da receita (IPEADATA, IBGE e Ministério da Saúde, *apud* DEEPASK).

A SMDR tem 59 servidores em seu quadro, sendo que nenhum contratado trabalha especificamente para a Patrulha Agrícola. Entre as atividades da SMDR, pode se destacar a manutenção da infraestrutura viária da área rural, sendo de aproximadamente 2,7 mil quilômetros de estradas municipais (públicas) de chão que precisam ser mantidas e conservadas, além da manutenção de 350 pontes e 800 bueiros (SMDR, 2015). O papel essencial da SMDR é:

- a) Contribuir para a execução da política agrícola e prioridades estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento Agropecuário (Capec), como a melhoria da infraestrutura de produção das propriedades rurais através da construção de açudes destinados à irrigação, drenagens e à qualificação dos acessos às propriedades, a fim de facilitar o transporte de insumos e produção. Também implantar programas que visem à diversificação das atividades e o incremento e a geração de emprego e renda na agroindústria, produção ecológica e piscicultura, assim como o incentivo a criação de pequenos animais (SMDR, 2014).
- b) Possibilitar o acesso ao Programa Estadual de Financiamento de Sementes

de Milho Troca-Troca.

c) Atuar na manutenção dos serviços de iluminação pública no interior do município, zelando pela infraestrutura viária da área rural, como estradas, pontes e bueiros, por onde ocorre o escoamento da produção primária e contribuir para a execução da política agrícola e prioridades estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento Agropecuário (Capec), como a melhoria da infraestrutura de produção das propriedades rurais (SMDR, 2015).

Também através da SMDR é executado o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) sendo responsável por efetuar a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos e destinados ao consumo humano dentro dos limites do município. O serviço assegura ao consumidor de produtos artesanais a garantia de que aquele produto foi produzido seguindo padrões e normas higiênico-sanitárias. Segundo a Famurs, um terço dos municípios gaúchos não dispõe deste serviço. É neste cenário de funções da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural que se desenvolve o programa Patrulha Agrícola.

A política pública, objeto desta pesquisa, é a Patrulha Agrícola que, apesar de existir em praticamente todos os municípios que tem em sua área rural uma grande extensão territorial, ou grande número de moradores, ou a agricultura ser representativa como fonte de renda ao município, não foi encontrado nenhum estudo acadêmico específico acerca desta política. A Famurs tem uma definição conceitual do que seria a Patrulha Agrícola, porém, cada município tem a liberdade de trabalhá-la da forma que achar mais conveniente com suas necessidades. A página da Famurs na internet também disponibiliza um tutorial sobre o programa e minutas de convênios, entre outros documentos que podem auxiliar a administração municipal.

Conforme o responsável técnico pelo assunto, Ismael Felipe Horbach, da Famurs, o Programa Patrulha Agrícola visa fornecer máquinas e implementos agrícolas aos pequenos produtores, permitindo a realização de vários serviços agrícolas como subsolagem, dragagem, aração, plantio e ensilagem, com o objetivo de aumentar a produtividade de alimentos por unidade de área cultivada de forma mais rápida e proporcionando mais renda aos produtores, que assim podem reinvestir na produção e melhorar a qualidade de vida no campo. Estas patrulhas também podem ser organizadas em associações, quando a prefeitura repassa à associação, por comodato, os equipamentos a serem utilizados por ela.

No que concerne à São Lourenço do Sul, a Patrulha Agrícola foi legalizada através da Lei Nº 2236 de 30 de Dezembro de 1997, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos a produtores rurais, dentro do programa municipal de microbacias, e dá outras providências”. Segundo o art. 2º o incentivo consistirá em:

- I – Serviços de terraplanagem, drenagem e escavações nas propriedades;
 - II – Transporte de equipamentos e materiais de construção;
 - III – Abertura de poços e serviços de curvas de níveis;
 - IV – Serviços de abertura e conservação dos acessos às propriedades.
- (SÃO LOURENÇO DO SUL, 1997, LEI 2236).

O serviço é solicitado mediante preenchimento de um cadastro na SMDR, tendo como requisito necessário que a terra se localize dentro dos limites do município; o custo é de R\$ 6,00 (seis reais) por hora trabalhada e o solicitante deverá fornecer o óleo diesel necessário à prestação dos serviços (SÃO LOURENÇO DO SUL, 1997, LEI 2236). Esta normativa também modifica a Lei nº 1569 de 25 de abril de 1989, que cria o Conselho Agropecuário Municipal – Capec.

Aqui se abre um espaço para falar sobre o Conselho devido a sua importância como espaço de debate e construção entre administração pública e os representantes dos agricultores. Segundo Rua (2009), os Conselhos são espaços públicos (não estatais) que objetivam representar os interesses coletivos na política e na definição da agenda pública, pois representa Estado e sociedade ao mesmo tempo, sendo também locais de participação política, de controle público, de deliberação e de publicização²⁸ das ações do governo.

O Conselho Agropecuário Municipal – Capec é composto por 20 Associações²⁹ de Produtores Rurais (pequenos grupos de produtores em diferentes localidades do interior do município) e outras 20 entidades relacionadas com a agricultura como SMDR, FETAG RS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura

²⁸ Publicização – é uma das estratégias de um novo modelo de administração pública baseado em alianças entre o Estado e a sociedade. O Estado passa de executor ou prestador direto de serviços para regulador, provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais, como educação e saúde que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano. Como provedor desses serviços, o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade (RUA, 2009, p. 50).

²⁹ São Lourenço do Sul tem “58 associações de produtores que reuniam em 2004 aproximadamente 2.400 [famílias de] agricultores familiares” (HILSINGER, 2007, p 136).

no Rio Grande do Sul), Capa, Emater, Cooper (Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul), STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), IRGA (Instituto Rio Grandense do Arroz), instituições financeiras (bancos), entre outros. Os representantes dessas entidades e associações, juntamente com a administração municipal, reúnem-se mensalmente para discutirem os problemas da agricultura.

Atualmente cada reunião conta com a participação de 60 a 70 pessoas³⁰, porém, as vagas das 20 instituições já não vêm sendo preenchidas. O autor Hilsinger (2007), em seu trabalho, fala que o Capec é um dos Conselhos mais atuantes da região e que suas funções são: deliberar sobre as ações e administrar as patrulhas agrícolas adquiridas com recursos do PRONAF Municipal³¹; definir e fiscalizar ações implementadas pelo Programa RS Rural; discutir as ações do Legislativo e do Executivo; deliberar e fiscalizar sobre diversos programas federais (Luz para Todos, Crédito Fundiário, Fome Zero, Fruticultura); destinar recursos federais vindos por meio de parcerias e emendas parlamentares, entre outras.

Ainda para melhor compreensão da política da Patrulha Agrícola, além do papel do Capec, há que se ressaltar a importância do Pronaf na modalidade Infraestrutura, pois apesar de serem políticas públicas distintas, estão essencialmente interligadas e determinaram o início da Patrulha Agrícola. Tal modalidade do Pronaf tem como objetivo proporcionar infraestrutura ao município e aos agricultores. No Estado do Rio Grande do Sul, 20 municípios receberam recursos estruturais. Destes, no Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (Corede Sul³²), foram contemplados dois: São Lourenço do Sul e Canguçu.

Para ser efetivado, o Pronaf-Infraestrutura exigia que o município se organizasse quanto ao planejamento municipal e, para isso, precisava ter uma Secretaria de Agricultura (já existia a SMDR), um Conselho Deliberativo (Capec, foi reestruturado) e fazer o PMDR de forma conjunta, o que desencadeou todo um processo de organização em associações para discutir as necessidades locais. O planejamento municipal foi então realizado através de seminários e da

³⁰ Informação do entrevistado 1.

³¹ Pronaf Municipal é o mesmo Pronaf infraestrutura, muitos autores utilizam das duas formas.

³² Participam do Coredesul vinte e duas cidades, são elas: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

reorganização³³ do já existente conselho (Capec), tornando-o um órgão legal, paritário (igualitário) e deliberativo. Baseado nisso, foi elaborado o plano municipal de desenvolvimento rural (PMDR) em 1996, pautado nas necessidades dos produtores, em três eixos: organização (custeio e investimento), capacitação e infraestrutura.

Assim, a fim de atender o eixo infraestrutura, foi criada a Patrulha Agrícola para fazer as estruturas comuns coordenadas pelas associações, como, por exemplo: a construção de silos para a guarda de silagem ao gado leiteiro; a construção de açudes para irrigação; conservação de solos através do incentivo ao plantio direto ou ao cultivo mínimo mediante aquisição de máquinas para demonstração e calcário para correção de solo. As máquinas para dessecar (pulverizadores), de plantio direto (semeadeiras para tração animal e para tração mecanizada), para cultivo mínimo (subsoladores), para correção do solo (distribuidores de calcário e de esterco líquido) tinham a função demonstrativa, porém, se tornaram recursos físicos para a real prestação de serviços. Como o plantio direto, principalmente de grãos (milho e feijão), estava sendo incentivado, foram instalados diversos secadores de pequeno porte nas associações para a secagem dos grãos.

Corroborando com o exposto, segundo Hilsinger (2007) e conforme as atas lavradas nos Livros do Capec, com verbas do Pronaf-Infraestrutura Municipal, no período de 1997 a 2006, totalizando um investimento de R\$ 909.740,72 (sendo R\$ 721.374,00 de fundo perdido e R\$ 188.366,73 de contrapartida da Prefeitura). Com esses recursos foram adquiridos: 10 subsoladores; 08 distribuidores de calcário; 10 pulverizadores; 05 plainas; 01 retroescavadeira; 03 tratores; 01 screeper; 02 subsoladores s/disco; 01 braço valetador (mãozinha); 02 distribuidores de esterco líquido; 10 semeadeiras para tração animal; 04 semeadeiras para tração mecanizada; 01 veículo, 01 lavadora de batatas; secadores; instalação de 01 câmara fria para armazenagem de semente de batatas; resfriadores de leite; pagamento do frete do transporte de 6.000 toneladas de calcário, a abertura de 02 poços artesianos e capacitação de conselheiros do Capec.

³³ Reorganização, pois o a Lei que cria o Capec é a Lei municipal nº 1.569 /1989 e foi alterado pela Lei 2.236/1997.

Desses maquinários, a SMDR ficou com as plainas, retroescavadeira, tratores, screeper, braço valetador, distribuidores de esterco líquido e o veículo para compor a Patrulha Agrícola, sendo que os demais maquinários foram repassados para as associações administrarem. A administração da Patrulha Agrícola teoricamente seria do Capec, porém, isso não ocorreu, tendo apenas organizado roteiros e grupos de associação para a distribuição dos maquinários para que essas as administrassem.

No que se refere à questão orçamentária da lei, tem-se que os investimentos, praticamente todos, de aquisição dos maquinários novos são de recursos externos, provenientes de convênios via Ministérios e de emendas parlamentares. Os investimentos para manutenção das máquinas são oriundos de recursos próprios da SMDR e o custeio da Patrulha Agrícola também se dá com os recursos próprios da SMDR.

A SMDR mantém atividades de monitoramento informais, como o *feedback* dos funcionários que desempenham as atividades e dos próprios produtores beneficiados. Também se destaca o Controle Interno (funcionários concursados responsáveis pela monitoração das atividades desempenhadas pelas secretarias), que tem o monitoramento interno da secretaria para acompanhar desde o pedido da prestação do serviço pelo produtor e a análise do serviço até a execução e pagamento do mesmo. O Capec também deveria acompanhar as demandas dos produtores, monitorando as atividades da secretaria e avaliando a prestação do serviço, de modo que se tenha uma avaliação eficaz, compensando um retorno favorável para todos os envolvidos.

Baseado nestes *feedbacks* apresenta-se a seguir algumas das alternativas utilizadas na Patrulha Agrícola e o motivo do término. A forma original foi alterada com a mudança de governo (novas ideias) e pelos seguintes motivos: má qualidade do combustível fornecido por alguns produtores, que danificavam as máquinas, principalmente bicos injetores; tentativa de padronizar o combustível utilizado nos maquinários e a falta de controle de quanto combustível era utilizado para a execução de cada serviço.

Após este período, houve alteração da Patrulha Agrícola, quando foi reajustado o valor da hora máquina e o produtor não precisava mais fornecer o

combustível para o maquinário. Esta forma, com novas alterações e, é a existente atualmente e outras propostas foram implantadas, na tentativa de aperfeiçoar os trabalhos, havendo avanços e retrocessos. Neste ano (2015), o valor da hora máquina é de R\$ 53,80, onde estão incluídos a mão de obra e o combustível. Tomando como base este mesmo trabalho executado por uma empresa particular, o custo para o agricultor seria de aproximadamente R\$ 90,00 a hora, obtendo assim, uma economia considerável.

Nesse mesmo período também houve a elaboração de convênio com algumas associações, quando a prefeitura fornecia uma retroescavadeira e a própria associação elaborava o seu plano de trabalho, tendo a responsabilidade de contratar um operador de máquina (a associação treinava uma pessoa) e garantir o combustível. A associação repassava um valor irrisório para a prefeitura e o restante do valor arrecadado pelas horas trabalhadas ficava com a associação para o custeio da máquina e o pagamento do operador. Esses convênios terminaram pela falta de controle da administração municipal referente aos serviços prestados, o que acabou deixando a gestão da máquina só com a associação, que nem sempre atendia o que havia sido planejado. Outro fator foi o desgaste da máquina (ocasionando muita manutenção). Devido ao operador ganhar por hora trabalhada, acabava sobrecarregando o maquinário, porém o serviço *“andava” e naquele tempo existiam números de atendimento, hoje as máquinas não estragam por não estarem trabalhando*” (participante 7 na reunião do Capec).

No ano de 2013 foi criado o decreto municipal 3.802, revogado em 2014 pelo decreto 4025 que “normatiza procedimentos de requisição de serviços da Patrulha Agrícola previstos na Lei Municipal nº 2236 de 30/12/1997” objetivando “uniformizar, padronizar e proporcionar transparência no funcionamento dos serviços da Patrulha Agrícola deverá ser observado por todos os agentes públicos os procedimentos aqui enunciados”. Hoje para solicitar o serviço é exigido que seja feito em nome do titular do modelo quinze³⁴, é “mediante requerimento padrão de solicitação de serviço” fornecido pela SMDR, o que gera um número de protocolo. “O atendimento da solicitação seguirá a ordem de protocolo na região devendo ser observados os princípios de economicidade e praticidade local para a realização do serviço”.

³⁴ Modelo quinze – bloco ou talão de notas do produtor.

“Devido à extensa área rural do município (...) será obedecida a ordem das inscrições dos interessados para a respectiva região, devendo ser observada a distância entre o produtor e a localização das máquinas” (DECRETO 4025).

O Decreto padroniza todos os procedimentos a serem seguidos e todas as etapas devem ser alimentadas no sistema de protocolo, estipulando também prazos para o cumprimento de cada uma delas. O produtor rural solicita o serviço mediante uma formalização protocolada, o chefe de equipe vai à propriedade fazer uma avaliação do serviço e analisar se pode ser feito, que tipo de maquinário será necessário e estimar quantas horas/máquina serão utilizadas para a execução do trabalho. Assim, quando o maquinário é deslocado para aquele distrito, todos os produtores desta região, com solicitação, serão atendidos. Com essa logística de atender os produtores por distritos, encontrou-se uma forma de reduzir os custos com a locomoção desses maquinários, considerando a grande extensão da área rural do município.

Em entrevista com a SMDR verificou-se que os prazos não estão sendo cumpridos e o sistema também não está sendo “alimentado” da forma que deveria ser, pois existem serviços já executados que não estão com essa informação no sistema e muitas outras solicitações que, depois de efetivada a análise, verificou-se a impossibilidade de execução do mesmo, não tendo sido informado no sistema para que se dê a devida baixa dessa solicitação. Cerca de 20% dos protocolos são indeferidos, por se tratar de serviços que a secretaria não consegue executar, dentre estes é possível citar: arrancar tocos centenários e remover pedras grandes, por se tratarem de serviços que estragam os maquinários; e encascalhamento, que poderá ser feito desde que o produtor forneça o cascalho necessário.

Segundo dados da municipalidade, no período compreendido de maio a agosto de 2013, 483 propriedades rurais foram atendidas com serviços de terraplanagem, drenagem, escavações, transporte de equipamentos e materiais de construção, abertura de poços, curvas de nível e abertura e manutenção dos acessos (SÃO LOURENÇO DO SUL, 29/08/2014).

Já existe a previsão de uma nova alteração para a Patrulha Agrícola, que seria a elaboração de um decreto definindo uma caçamba, um trator com plaina e três retroescavadeiras específicas somente para a execução do mesmo, pois hoje a

manutenção das estradas do município tem prioridade sobre a Patrulha Agrícola e a administração municipal não tem o levantamento de custos destinados a ele. Também se tem a previsão de licitação para concerto de máquinas, sem a necessidade de comprar cada peça danificada, o que acaba demorando para o conserto das máquinas.

Para a análise da política pública da Patrulha Agrícola é preciso fazer o levantamento das causas e das consequências das ações dos governantes, no caso da SMDR respondendo pela administração municipal, no que se refere a política pública. As causas já estão apresentadas, mas resumidamente, o que causou a ação do governo foi a necessidade dos agricultores e o interesse da administração em atendê-los e assim incentivar a produção agrícola no município. E as consequências dessa política são o aumento da produtividade através da utilização de silos, de irrigação, de terraplanagem e suas construções. Essa análise teve como metodologia a utilização de estudos avaliativos e de pesquisas de avaliação.

A partir desta seção entra-se na análise de dados da pesquisa, obtidos através de entrevistas e da participação na reunião do Capec. Para aprofundar o entendimento da Patrulha Agrícola fez-se necessário a realização de entrevistas com gestores municipais e produtores, visando analisar a percepção desses dois atores a respeito da política pública como promotora do desenvolvimento rural em São Lourenço do Sul. Também é apresentada a avaliação da Patrulha Agrícola conforme os critérios de avaliação, conforme MDS, 2015, escolhidos e apresentados separadamente da seguinte forma: para a administração municipal (Eficiência, Eficácia, e Equidade) para os produtores rurais (Efetividade, Sustentabilidade, e Satisfação do beneficiário).

4.3. A PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS SOBRE O PATRULHA AGRÍCOLA

Neste tópico faz-se um levantamento sobre a percepção dos gestores públicos municipais. Foi encaminhado entrevista para dois ex-prefeitos, porém só um retornou. As demais entrevistas foram realizadas pessoalmente com: o secretário da SMDR; o ex-secretário da SMDR e atual vice-prefeito; um operador de máquina; um vereador e a responsável pelo Controle Interno da SMDR. Nenhum entrevistado será identificado, tendo todos recebidos uma letra de identificação de A a F, de forma aleatória.

Apoiado nas palavras dos entrevistados apresenta-se o motivo da criação da lei da Patrulha Agrícola, quando relatam que *“esta lei foi feita para atender as necessidades dos agricultores, principalmente os pequenos, que não tinham máquinas para fazer determinados serviços em suas propriedades”* (ENTREVISTADO B). Os gestores destacam que existe muita demanda por serviços, principalmente no período de novembro a abril, que é o período em que o solo está mais seco e geralmente é época de estiagem (necessidade de água) e de fazer silagem (abertura de silos), terraplanagem para construções e existe uma defasagem de maquinários para o atendimento dessa demanda. Corroborando com isto segue: *“a demanda é maior que a capacidade de atendimento”* (ENTREVISTADO D)

A grande dificuldade de atendimento está na *“falta de maquinários, máquinas em péssimas condições, um pouco de falta de organização”* (ENTREVISTADO D), *“apesar dos investimentos em maquinários, ainda falta máquinas pela depreciação dos equipamentos”* (ENTREVISTADO C).

Assim, também precisam incentivar os agricultores a se organizarem e buscarem alternativas. Como a compra conjunta de retroescavadeira de forma associativa, ou mesmo a busca pela prestação de serviço por empresas privadas. A ideia de compra de retroescavadeira de forma conjunta partiu de dois entrevistados, segue um dos relatos:

o associativo dos agricultores deveria avançar na questão da patrulha agrícola por exemplo 8 a 10 agricultores juntos poderiam adquirir uma máquina maior para desenvolver suas atividades (...)comprar junto e contratar um cara para cuidar da máquina que faz para todo mundo (...) o associativo na Patrulha Agrícola poderia ser uma solução (ENTREVISTADO A)

Pelos anos de existência da Patrulha Agrícola percebe-se que ela atingiu seus objetivos como incentivadora na qualificação de infraestrutura rural da “porteira para dentro”, o que pode ser demonstrado pelo aumento dos números de produtividade no município, o que foi muito importante para a expansão do uso de tecnologias e novas técnicas de cultivo.

Seguindo com a explanação sobre o assunto, aqui se retrata os três critérios de avaliação, conforme MDS, 2015, escolhidos para a administração municipal (Eficiência, Eficácia, e Equidade) para um melhor entendimento da avaliação da política pública Patrulha Agrícola.

Eficiência - relaciona-se aos custos/benefícios. A SMDR não sabe quanto gasta com a Patrulha Agrícola, pois as máquinas que trabalham na Patrulha atendem as estradas públicas (que são prioridades), assim não se tem levantamento dos recursos utilizados, porém, com o Decreto 4.025 de 21/05/2014, busca-se a implantação de uma melhoria que visa dar mais transparência ao processo de solicitação do serviço e reduzir os custos, quando prevê juntar os pedidos de uma localidade para então realizar os serviços. Parte dos custos (financeiros e de tempo dos funcionários) está na locomoção dos maquinários entre as propriedades. Logo, quanto maior a distância entre as propriedades, maior o custo desperdiçado, pois os produtores pagam a hora máquina trabalhada, o que não inclui os custos com a locomoção entre as propriedades.

Eficácia – relaciona-se ao atingimento de metas ou objetivos, mas não existe a estipulação de atender a um número X de produtores, até mesmo porque, a prioridade da SMDR é a manutenção e conservação das estradas (vias públicas) e o atendimento aos produtores é feito conforme a demanda e a disponibilidade dos maquinários e de orçamento financeiro para a execução dos serviços. Outro fato importante é que a manutenção das estradas e a demanda por serviços dependem das condições climáticas, que deterioram mais ou menos as estradas. Na avaliação de um dos entrevistados *“já no 1º ano de funcionamento foram realizados centenas de serviços, principalmente bebedouros e açudes, para que nas épocas de estiagem*

o produtor tivesse água para seus animais (produtor de leite) e também para fazer irrigações” (ENTREVISTADO B). “São atendidos cerca de 600 pedidos por ano” (ENTREVISTADO D).

Equidade – quanto ao atendimento de maneira justa, muito se questiona que sempre os mesmos são atendidos, ou os que são “amigos” dos administradores tem a prestação de serviço agilizada, isso tende a ser evitado com a implantação do decreto 4.025/2014, pois com a geração de protocolo não haverá mais a possibilidade de se favorecer sem deixar pistas e provas no sistema de protocolo.

4.4. A VISÃO DOS PRODUTORES EM RELAÇÃO AO PATRULHA AGRÍCOLA COMO UMA POLÍTICA AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Para a busca da visão dos produtores sobre a Patrulha Agrícola foram feitas entrevistas individuais com dez agricultores familiares, com o representante da Emater e um trabalhador de empresa particular que executa esse tipo de serviço. Também houve a participação na reunião do Capec do dia 15 de abril de 2015, quando foi levantada a questão da Patrulha Agrícola por parte dos representantes de associações de diversas localidades do interior do município. Nenhum entrevistado ou participante da reunião será identificado, tendo todos recebidos um número de identificação de 1 a 30 de forma aleatória.

Na apresentação dos três critérios de avaliação, conforme MDS, 2015, escolhidos para os produtores rurais (Efetividade, Sustentabilidade, e Satisfação do beneficiário) sobre a política pública Patrulha Agrícola, tem-se:

Efetividade – relaciona-se aos efeitos. Esta política traz grandes efeitos aos produtores, como melhores condições de acesso à redução dos custos dos transportadores da produção agrícola, melhor infraestrutura aos produtores com a abertura de bebedouros e pequenos açudes, possibilidade de irrigar as plantações com a disponibilidade de água e a criação de peixes, a terraplanagem como

necessidade para antecipar a construção de casas, armazéns, entre outros serviços prestados.

Seguem alguns relatos: *“arrumar as entradas foi bom porque o leiteiro vem dia sim e dia não, antes tinha que abrir a porteira, mas fizeram um mata burro e ninguém mais precisa descer para abrir a porteira para passar”* (ENTREVISTADO 09). *“Depois da abertura do açude, passei a criar uns peixes, só para nós mesmos, e sempre que faz seca posso irrigar minhas lavouras”* (ENTREVISTADO 01)

Sustentabilidade – quanto à continuidade dos benefícios, na maioria dos serviços prestados seus efeitos são de longo prazo: a construção de um açude permite que se faça irrigação e criação de peixes para sempre, inclusive a terraplanagem, onde é feito a construção é um investimento que durará décadas. Já a manutenção de entradas pode durar por muito tempo, mas dependem das condições climáticas, quantidades de chuvas e sua intensidade, pois chuvas muito intensas podem degradar o serviço prestado.

Quanto aos maquinários que seriam para demonstração de novas tecnologias e técnicas de cultivo e que acabaram sendo confundidas com prestação de serviços, funcionaram por algum tempo e algumas funcionam até hoje, mas perdeu força pelos custos de manutenção dessas máquinas, que eram utilizadas por várias pessoas diferentes e também pela facilidade de financiamentos, como exemplo o Pronaf para adquirirem suas próprias máquinas e não dependerem mais do rodízio das máquinas comunitárias. Porém, essas máquinas cumpriram seu papel que era de divulgação e de demonstração. Tanto que naquela época não se fazia plantio direto ou curvas de nível nessas áreas e hoje evoluiu muito isso, cerca de 80% das áreas são com cultivo mínimo e na cultura do milho, cerca de 60% de plantio direto.

Satisfação do beneficiário – no que se refere à qualidade do atendimento, existem muitas queixas a respeito da demora ao atendimento *“o pessoal prefere pagar 40,00 a mais por hora/máquina a um particular para ser atendido logo”* (participante 30 da reunião do Capec). E dos operadores, quanto a seus horários e a sua capacidade em executar alguns serviços, também não aprovaram o decreto de padronização de procedimentos *“ficou bem pior, pois não se ouve falar de onde tem máquina trabalhando”* (participante 5 da reunião do Capec).

Porém, também reconhecem a importância da Patrulha Agrícola como forma de propiciar o investimento na disponibilidade de água na propriedade (irrigação,

criação de peixes, bebedouros para animais) e a principal reivindicação é a manutenção dos acessos, as entradas, que é essencial para o escoamento da produção, principalmente a do leite que deve ser diária ou a cada dois dias, para recebimento dos insumos e para o deslocamento dos moradores na busca de educação, saúde e lazer.

4.5. ANÁLISE GERAL DA PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS QUANTO AO PATRULHA AGRÍCOLA

Fazendo um apanhado sobre as visões dos dois tipos de atores, percebe-se que elas não são divergentes, mas têm focos distintos. Os gestores têm a visão mais focada em aspectos operacionais, na busca de alternativas para atender a demanda dos produtores e nos efeitos positivos ao município que essa política pode proporcionar, como a disponibilidade de água para irrigação e abastecimento mínimo na propriedade. Os agricultores reconhecem os benefícios da Patrulha Agrícola, mas tem uma visão distinta da política, onde os aspectos negativos são mais ressaltados. Esta visão também é importante, pois é uma forma de pressionar o poder público para que melhorias na política sejam conquistadas.

Para a avaliação da política pública do Patrulha Agrícola foi utilizado seis critérios, conforme MDS, 2015 (Eficiência, Eficácia, Equidade, Efetividade, Sustentabilidade, e Satisfação do beneficiário) e com essa avaliação percebe-se que ela proporcionou avanços para o desenvolvimento rural no município. Com a abertura de silos e de açudes, possibilitou aumentos de produtividade e acesso de qualidade para as propriedades rurais, ou seja, qualidade de vida.

Isso gerou uma melhora na renda de agricultores que foi reinvestido na infraestrutura das propriedades. Também reflete na arrecadação municipal por se tratar de um município cujo setor rural é bastante representativo devido a grande extensão em área que ocupa, onde praticamente 50% da população residem nessas áreas e representa mais de 30% do PIB municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento deve-se destacar que uma das grandes dificuldades para a elaboração da pesquisa foi a falta de dados e informações oficiais, sendo inconcebível que não se tenha uma gestão orçamentária mais detalhada, com números mais qualitativos dos serviços prestados, pois não basta saber quantos atendimentos são executados em um ano, mas sim que tipo de serviço foi prestado, o que isso representa em investimentos a longo prazo. Para confirmar, “ter a informação desde o início do programa é importante para se observar as mudanças ocorridas na realidade que se quer observar, mas frequentemente não está disponível ao avaliador no momento oportuno ou de maneira completa, organizada e útil” (BRASIL- MDS, 2015, p. 22).

A Patrulha Agrícola foi e é uma política pública de extrema importância para apoiar e incentivar o desenvolvimento da infraestrutura da “porteira para dentro” e logo é um propulsor do desenvolvimento rural. Claro que o contexto de seu início, a existência do Pronaf Infraestrutura e de outras políticas públicas foram fundamentais para proporcionarem o salto em produtividade e em desenvolvimento obtidos.

Assim, analisando o histórico da Patrulha Agrícola, percebem-se várias tentativas de melhorar a execução da mesma, porém, falta organização e dados para “por na ponta do lápis” os custos/benefícios de cada uma delas e ver, de fato, o que foi bom e como pode ser melhorado. A padronização é uma forma de proporcionar o que falta hoje, como a existência de um banco de dados e o levantamento de dados, solicitações e atendimentos da Patrulha Agrícola, além de informações precisas sobre os tipos de serviços prestados, como números de açudes para irrigação, de terraplanagens para construções, de aberturas de silos e de manutenção de acessos.

Foram verificados alguns pontos que podem ser melhorados para maximizar os bons resultados obtidos até o momento e para minimizar alguns pontos negativos que foram apontados pela pesquisa. Nesse sentido, é de suma importância um trabalho de conscientização junto aos agricultores sobre a importância da elaboração de um planejamento para suas propriedades a curto, médio e longo

prazo, analisando com antecedência alguns pontos como, por exemplo, qual a necessidade hídrica (água) para a propriedade e para a produção, pois não podem continuar 100% reféns das condições climáticas, ainda mais nos períodos de estiagem que, ano após ano, trazem prejuízos consideráveis à produtividade e à renda dos produtores e, por consequência, do município. Da mesma forma, no que diz respeito a conservação dos solos, um planejamento do uso racional dos solos da propriedade e da necessidade de correção (calcário) faz com que esse custo possa ser diluído no decorrer dos anos.

O Capec tem um potencial ainda oculto aos agricultores, pois com um pouco mais de organização para a elaboração de pautas, e até mesmo para os debates que ocorrem, podem eles mesmo identificarem suas reais necessidades e encaminharem essas demandas ao executivo e buscarem apoio no legislativo para que suas reivindicações sejam atendidas. Nota-se que as associações também estão perdendo a força, ou a união, entre os agricultores, havendo a necessidade de serem mais participativas, reacendendo, buscando e reivindicando o atendimento de suas necessidades, ou, de preferência, criando alternativas para que não fiquem tão dependentes do serviço público, como a compra de retroescavadeiras de forma associativa entre os agricultores, pensando e desenvolvendo outras alternativas que possibilitem os avanços das melhorias já conquistadas pela política da Patrulha Agrícola.

Então, o Patrulha Agrícola contribui com o fortalecimento das propriedades agrícolas e com o desenvolvimento do município de São Lourenço do Sul? Pela percepção dos gestores municipais, sim, pois juntamente com outras políticas públicas, ficou demonstrado pelo aumento dos números de produtividade no município, isso em decorrência da expansão do uso de tecnologias e novas técnicas de cultivo, como a irrigação e o plantio direto. E pela visão dos agricultores o Patrulha Agrícola auxiliou na infraestrutura da propriedade, principalmente com a disponibilidade de água para consumo na propriedade de animais, criação de peixes e até de irrigação nas plantações, o que resulta numa melhor qualidade de vida para eles.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; e GOMES, Mário Conill. **Agricultura familiar e políticas públicas**: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2004, vol.42, n.3, pp. 529-548. ISSN 0103-2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032004000300007>. Acesso em: 16 abr. 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. **Perfil Municipal São Lourenço do Sul**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-lourenco-do-sul_rs>. Acesso em: 14 de mar. 2014.

BECKER; Anjos. **Conciliando a fome com a vontade de produzir**: a transversalidade nas políticas públicas. 2012. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/518>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

BERRETA, *et al.* Produção agropecuária e legislação ambiental: Estudo de caso dos municípios de São Lourenço do Sul e de Camargo/ RS. **Questão agrária e legislação ambiental** / organizado por Luiz Fernando Mazzini Fontoura [e] Roberto Verдум; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 120 p: il; 17,5x25cm.

BORK, Flavia Suzana. **Caracterização da percepção dos associados na sua relação com a Coopar – cooperativa mista de pequenos agricultores da região sul**. 2011. Graduação em Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural. UFRGS. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/38141>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRACAGIOLI NETO, Alberto, *et al.* **Planejamento e Gestão de Projetos para o Desenvolvimento Rural**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 82p.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

BRASIL. MDS. **Relatórios de Informações Sociais**: Subsídios para a elaboração do PPA municipal. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

BRASIL - MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Caderno de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para a Avaliação de Programas** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015. 89p. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/CEGOV%20-%202014%20-%20MDS%20C3%20Caderno%20de%20Estudos%20\(v.2\).pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/CEGOV%20-%202014%20-%20MDS%20C3%20Caderno%20de%20Estudos%20(v.2).pdf). Acesso em: 10 abr. 2015.

BUAINAIN *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola.** Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182p.

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável:** Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. 68p. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio104.pdf. Acesso em: 15 mar. 2015.

CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. **Capital social e políticas públicas:** um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. UFRGS. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2814>. Acesso em: 18 abr. 2015.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Marcio Gimene de. **Políticas públicas e Desenvolvimento.** *In:* Avaliação de Políticas Públicas / Lígia Mori Madeira, organizadora – Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. 254 p.; il. (Capacidade Estatal e Democracia). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cegov/files/livros/gtaval.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2015.

COLLE, Célio Alberto. **Negociações multilaterais e políticas agrícolas dos Estados Unidos, União Europeia e Brasil.** Porto Alegre: EMATER/ RS ASCAR, 2008. Serie Realidade rural, número 51.

CONTERATO, Marcelo Antônio; FILIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 56 p.

CNM – Confederação Nacional dos Municípios. **Desenvolvimento Rural:** Programas Rurais, Orientações e Avaliações / Confederação Nacional dos Municípios – Brasília: CNM, 2008. 72p. vol. 3.

DEEPASK. **Famílias com acesso à eletricidade:** Veja número de domicílios atendidos na sua cidade - SÃO LOURENÇO DO SUL, RS. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Confira-o-acesso-a-eletricidade-no-seu-municipio>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. **Agricultura:** Confira a produção agrícola e a área plantada no seu município - SÃO LOURENÇO DO SUL, RS. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=sao-lourenco-do-sul/RS-Agricultura:-Confira-a-producao-agricola-e-a-area-plantada-no-seu-municipio>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. **Confira o índice de domicílios com e sem rede de abastecimento de água no seu município.** Disponível em:

<<http://www.deepask.com/goes?page=Confira-o-indice-de-domicilios-com-e-sem-rede-de-abastecimento-de-agua-no-seu-municipio>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. **Investimento em agricultura:** Veja o gasto público no seu município - SÃO LOURENÇO DO SUL, RS. Disponível em:

<<http://www.deepask.com/goes?page=Investimento-em-agricultura:-Veja-o-gasto-publico-no-seu-municipio>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

FAGUNDES, Maria Helena. **Uma nova etapa da Instrução Normativa nº 51:** a região Centro – Sul. Setembro/2005. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/especiais/internet_03_10_2005.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

FAMURS. **Um terço das prefeituras gaúchas não tem controle de sanidade.**

Disponível em:

<http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=837:um-terco-das-prefeituras-gauchas-nao-tem-controle-de-sanidade&catid=8:agricultura&Itemid=233>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FAMURS. **Programa Patrulha Agrícola.** Disponível em:

<<http://siteantigo.famurs.com.br/moodleinterno/course/view.php?id=31>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística.** Disponível em:

<<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Louren%E7o+do+Sul>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

FETRAF – SUL/ CUT. **Infraestrutura é essencial para potencializar desenvolvimento da agricultura familiar.** Disponível em:

<http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2866:infraestrutura-e-essencial-para-potencializar-desenvolvimento-da-agricultura-familiar&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=104>. Acesso em: 07 mar. 2015.

FIORI, Roseli Crovador. **Políticas públicas para agricultura familiar:** O caso de um beneficiário no crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) –

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Itapetininga, 2012. Disponível em:

<<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1202>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

GAPI – UNICAMP. **Metodologia de Análise de Políticas Públicas.** 2002. Extraído de: DAGNINO, Renato et alii (2002): Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação. Taubaté, Editora Cabral Universitária. Disponível em:

<<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

GIL, Antônio Carlos. Observação. In.: **Métodos e técnicas de pesquisa social.**

6.Ed. São Paulo: Atlas, 2008. pág.109-120.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-58. Mar/Abr. 1995.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **Pronaf Infraestrutura e serviços municipais e associações de produtores em municípios da região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo**. Informações Econômicas, SP, v.36, n.5, maio 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/tec2-0506.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

HILSINGER, Roni. **Os efeitos do Pronaf no setor primário de São Lourenço do Sul, RS - 1996/2006**. 2007. 231f. Dissertação (Mestre) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12505>. Acesso em: 01 mar. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município em números 2010**. São Lourenço do Sul – RS.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431880&search=rio-grande-do-sul|sao-lourenco-do-sul|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

KLUCK, Cirlene; e GAZOLLA, Marcio. Pronaf e Desenvolvimento Rural: estudo de caso dos agricultores familiares ecologistas do município de Antônio Prado (RS). in: COTRIM, Décio (Org.). **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**: produção acadêmica da Ascar. Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2014. (Coleção Desenvolvimento Rural, v. 3). Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/E_book_3.pdf. Acesso em: 18 abr. 2015.

MAIA, Cláudio Machado. **Cronologia da luta pela sustentabilidade**: panorama internacional. Texto escrito para a disciplina Agricultura e Sustentabilidade – DERAD008. Disponível em: <<https://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=1642>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

NETO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 82 p.

PEREIRA, Francisco Isidro. **A variável risco na apuração de custos e rentabilidade na produção de tomate na pequena propriedade agrícola**. Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 29 de junho a 2 de julho de 1999. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/3198/3198>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PEREIRA, Luciano Gomes de Carvalho. **Política Agrícola Brasileira: Breve Considerações**. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema2/2013_861_1.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2015.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 130p.: il.

SÃO LOURENÇO DO SUL. **LEI Nº 2236**.

_____. **DECRETO N.º 4.025**.

_____. **São Lourenço do Sul**. Disponível em: <<http://www.saolourencodosul.rs.gov.br>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. **Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR)**.

Disponível em: <

http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/secretarias.php?ID_SECRETARIA=8>.

Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. **Mais de 480 propriedades rurais atendidas pela Patrulha**

Agrícola. 29/08/2014 14:15 –Disponível em:

<http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/secretarias.php?ID_NOTICIA=5582&ID_SECRETARIA=8>. Acesso em: 19 abr. 2015.

_____. **Prefeito Daniel Raupp entrega veículos para qualificar**

infraestrutura rural. 11/02/2015 15:14 . Disponível em:

<http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/secretarias.php?ID_NOTICIA=6014&ID_SECRETARIA=8>. Acesso em: 19 abr. 2015.

SCHNEIDER, *et al.* **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf** –

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p.21-50.

SILVA, Leonardo Xavier da; e SOUZA, Marcelino de. O Setor público na atividade econômica. In: **Estado e Políticas Públicas**. Organizado por Leonardo Xavier da Silva; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 72p.

SILVA FILHO, José Brandt. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura**

Familiar – PRONAF. Disponível em:

<<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p.20-45, 01 dez. 2006. Semestral. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002 - AATR-BA. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

Veiga, José Eli da, et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001. 108p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS.GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES. 2009.

Apêndice

1. Roteiro de entrevista para gestores municipais

Questionário:

1. Porque, como, foi feita a lei (Patrulha Agrícola) que visa à disponibilização de maquinários aos agricultores com o intuito de melhorar a infraestrutura da “porteira para dentro” dos agricultores?

2. De que forma é feito o custeio e os investimentos necessários para manter o Programa Patrulha Agrícola?

3. Porque houve mudanças na forma de execução do Patrulha Agrícola? O que representou cada mudança?

a) primeiro o produtor fornecia o combustível e pagava hora

b) a compra de equipamentos para as associações de produtores (secadores, arado....)

c) pagamento só de hora máquina

d) convênio com as associações

e) decreto 4025 de 2014, padronização de procedimentos.

4. Quais as dificuldades enfrentadas pela Administração Municipal para a execução do Patrulha Agrícola? Como podem ser contornadas?

5. Quais os avanços que ocorreram no Patrulha Agrícola do seu início até a data atual?

2. Roteiro para debate com os agricultores na reunião do Capec

Questionário

1. Porque, como, foi feita a lei (Patrulha Agrícola) que visa à disponibilização de maquinários aos agricultores com o intuito de melhorar a infraestrutura da “porteira para dentro” dos agricultores?

2. Porque houve mudanças na forma de execução do Patrulha Agrícola? O que representou cada mudança?

a) primeiro o produtor fornecia o combustível e pagava hora

b) a compra de equipamentos para as associações de produtores (secadores, arado....)

c) pagamento só de hora máquina

d) convênio com as associações

e) decreto 4025 de 2014, padronização de procedimentos.

3. Quais as dificuldades enfrentadas pela Administração Municipal e pelos produtores rurais para a execução do Patrulha Agrícola? Como podem ser contornadas?

4. Qual a importância, o retorno, do Programa Patrulha Agrícola para os agricultores?

5. Quais os avanços que ocorreram no Patrulha Agrícola do seu início até a data atual?

6. Quais os pontos fortes e fracos do Patrulha Agrícola?

7. O que pode melhorar e como na execução do programa Patrulha Agrícola?

Sugestões, opiniões, considerações....

